



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

*Cobertura noticiosa da Agência Lusa sobre os imigrantes:
representações de uma minoria em crescimento*

Luiza Gil Dos Santos Felipe

Relatório de Estágio submetido como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo

Orientadoras:

Professora Doutora Fátima Lopes Cardoso

Professora Doutora Júlia Leitão de Barros

Escola Superior de Comunicação Social

18 de Outubro de 2024

Dedico este trabalho à minha família e aos meus amigos, que foram uma fonte inesgotável de apoio e nunca deixaram de acreditar em mim, mesmo nos altos e baixos deste processo acadêmico.

Aos meus gatos, os meus eternos companheiros de estudo, que, mesmo em silêncio, acompanharam-me e proporcionaram conforto durante os longos dias e noites de trabalho.

Aos meus pais, que, assim como aqueles retratados neste estudo, saíram do seu país para que eu pudesse ter uma melhor vida e educação.

Obrigada.

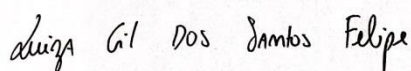
Declaração Anti Plágio

Declaro ser a autora do presente relatório de estágio, que é uma parte integrante das condições exigidas para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo. Este relatório constitui um trabalho original que nunca foi submetido no seu todo ou em qualquer das partes a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação.

Certifico também que todas as citações estão devidamente identificadas e acrescento que tenho consciência de que o plágio poderá levar à anulação deste trabalho.

Lisboa, 18 de outubro de 2024

A candidata,



Luísa Gil dos Santos Felipe

Resumo

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas durante o estágio realizado na Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A, assim como expor as conclusões da análise de conteúdo às peças publicadas por esta empresa de comunicação social, entre os dias 27 de fevereiro e 17 de maio de 2024, que tenham como temática os imigrantes. Pretendeu-se, assim, perceber que representações são realizadas pela Lusa aos imigrantes nas notícias produzidas, discutindo padrões e narrativas predominantes na cobertura mediática deste grupo.

A investigação apresentada também propõe uma contextualização teórica, em torno de dados de fluxos migratórios e teorias sobre estudos mediáticos.

O relatório de mestrado apresentado pretende ser um contributo para a compreensão de como as agências de notícias, neste caso a Lusa, desempenham um papel determinante na construção da perceção pública sobre temas mais complexos, como a imigração.

Este estudo de caso revela como a cobertura desta minoria é feita de forma menos estigmatizante possível, um aspeto associado ao jornalismo de serviço público e, fortemente dependente da agenda, devido à rapidez e ao rigor característicos do jornalismo de agência.

Palavras-chave: Imigrantes; Representação Mediática; Agência Lusa; Agência de notícias; Jornalismo.

Abstract

The aim of this report is to present the activities carried out during the internship at Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., as well as to present the conclusions of the content analysis of the pieces published by this media company between February 27 and May 17, 2024, on the subject of immigrants. The aim was to understand what representations Lusa makes of immigrants in the news it produces, discussing the predominant patterns and narratives in media coverage of this group.

The research also proposes a theoretical contextualization, based on data on migratory flows and theories on media studies.

The master's report presented here aims to contribute to an understanding of how news agencies, in this case Lusa, play a decisive role in shaping public perceptions of complex issues such as immigration.

This case study reveals how the coverage of this minority is done in the least stigmatizing way possible, an aspect associated with public service journalism and strongly dependent on the agenda, due to the speed and rigor characteristic of agency journalism.

Keywords: Immigrants; Media Representation; Agência Lusa; News Agency; Journalism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	---

CAPÍTULO I

Imigração e Comunicação	10
1.1. Evolução e contextualização dos fluxos migratórios em Portugal.....	10
1.1.1. A imigração em Portugal nas últimas quatro décadas do século XX: breve caracterização.....	10
1.1.2. Portugal, país de imigração no novo milénio	12
1.1.3. Cenário atual da imigração em Portugal.....	14
1.1.4. Características e perfil dos imigrantes brasileiros em Portugal.....	16
1.2. A relação simbiótica entre imigração e a média.....	19
1.3. Teoria da <i>Agenda-Setting</i>	23
1.4. Teoria do <i>Framing</i>	25
1.5. Representação social, estereótipos e preconceitos	26

CAPÍTULO II A experiência de estágio curricular na Lusa..... 30

2.1. História da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.....	30
2.2. A Lusa como agência de notícias	33
2.2.1. Semana de formação.....	35
2.2.2. Diário de estágio.....	35
2.2.3. A experiência de estágio curricular na Lusa.....	36
2.2.4. Greve geral dos jornalistas.....	39
2.2.5. Seminário sobre Violência Sexual e Media.....	40
2.2.6. Trabalho no Parlamento Europeu	41

CAPÍTULO III As representações mediáticas dos imigrantes na Agência Lusa.....	42
3.1. Objetivos gerais, objetivos específicos e pertinência do estudo.....	42
3.2. Metodologia.....	43
3.2.1. Pesquisa documental	45
3.2.2. Pesquisa não documental.....	46
3.2.3. Dificuldades na recolha e análise de dados.....	47
3.3. Análise do <i>corpus</i> e interpretação dos resultados.....	48
CONCLUSÃO.....	69
BIBLIOGRAFIA.....	73
ANEXOS.....	77
Anexo 1. Entrevista a Paulo Agostinho, jornalista da secção Sociedade e editor da Lusofonia, Comunidades e Minorias	77
Anexo 2. Entrevista a Vera Magarreiro, editora da secção de Lusofonia e África.....	85
Anexo 3. Entrevista a João Pedro Fonseca, jornalista e coordenador do gabinete de Projetos, Inovação e Formação da agência.....	93
Anexo 4. Categorias das variáveis da análise de conteúdo.....	98
Anexo 5. Grelha de análise.....	101

Introdução

O presente Relatório de Estágio é o resultado de um período de três meses de estágio curricular na redação da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em Benfica, de 19 de fevereiro a 17 de maio de 2024, na editoria de Lusofonia e África. Desta experiência, decorreu uma investigação guiada pela seguinte pergunta de partida: “Como se processa a cobertura mediática dos imigrantes na Agência Lusa?”.

A diversidade é uma característica fundamental da sociedade contemporânea e os imigrantes desempenham um papel significativo nesse mosaico cultural. Atualmente, os cidadãos estrangeiros com autorização de residência em Portugal representam cerca de 10% da população nacional. Diante desse cenário, a cobertura jornalística deve ser sensível, imparcial e capaz de captar a complexidade das experiências individuais e coletivas desses cidadãos. Este relatório de estágio procura avaliar até que ponto a Lusa considera esses princípios (sensibilidade, imparcialidade e complexidade das histórias sobre grupos minoritários), explorando as práticas jornalísticas adotadas, os enfoques editoriais e a influência dessas representações na percepção pública e na própria integração dos imigrantes na sociedade portuguesa.

O trabalho apresentado mergulha no universo jornalístico com o intuito de identificar, de maneira aprofundada, a representação dos imigrantes nas notícias produzidas pela agência. Para realizar esta investigação, foi desenhada uma estratégia metodológica baseada na análise de conteúdo através de pesquisa documental (revisão da literatura e análise de notícias produzidas pela Lusa) e não documental (observação participante durante o estágio e realização de três entrevistas exploratórias).

O relatório de mestrado é composto por três capítulos principais: um primeiro de enquadramento teórico do tema, um segundo dedicado à experiência no estágio e um último para a investigação. No primeiro capítulo, apresenta-se o resultado do levantamento das principais teorias desenvolvidas sobre esta temática e trabalhos académicos sobre a representação mediática dos imigrantes, assim como da evolução dos dados migratórios, em Portugal. O segundo capítulo tem início com a apresentação da história e importância da Lusa como a única agência de notícias portuguesa, e finaliza com o Diário de Estágio, que relata a experiência vivida na Agência Lusa, na editoria de Lusofonia e África. O terceiro e último capítulo é dedicado à investigação e análise dos resultados. Nesta parte, encontram-se as

estratégias metodológicas utilizadas na recolha e análise do *corpus* que fundamentam o estudo, além de uma reflexão e discussão dos resultados obtidos pela análise de dados juntamente com informações provenientes das entrevistas exploratórias aos profissionais da Lusa que cobrem o tema da migração, de forma a perceber quais são as diretrizes editoriais e os desafios enfrentados na cobertura desse tema.

Este estudo surge num contexto do fenómeno de diversificação das sociedades modernas. Estudar como os media, neste caso a Agência Lusa, abordam e representam os imigrantes é essencial para compreender de que forma os órgãos de comunicação influenciam a perceção e opinião pública, tendo efeitos nas dinâmicas de integração social. Ou seja, realiza-se uma análise crítica de como os media desempenham um papel ativo na construção da realidade social, com o foco no poder dos media para formação de identidades coletivas e na ética jornalística na representação de grupos vulneráveis. Ao abranger áreas como os estudos de media, as ciências sociais, estudos migratórios e a comunicação intercultural, esta transversalidade de temas permite que os resultados deste estudo sejam aplicados tanto ao campo do jornalismo, quanto às políticas públicas e ao estudo das dinâmicas migratórias.

CAPÍTULO I

Imigração e comunicação

1.1. Evolução e contextualização dos fluxos migratórios em Portugal

"Imigrante integrado é tesouro para o país"

Isabel Allende

Pensar a sociedade portuguesa no presente obriga a olhar os fluxos migratórios que têm constituído um fator de transformação social. Com o passar do tempo, as vagas de imigrantes em Portugal sofreram inúmeras alterações, variando de acordo com desenvolvimentos e alterações económicas, políticas e sociais. Segundo Góis e Marques, “(...) é virtualmente impossível pensar Portugal sem abordar a emigração e a imigração e a forma como, em conjunto, modelaram a sociedade portuguesa ao longo do último século” (2018, p.126). Assim, uma nação vista como um país da emigração, de onde muitos partiam à procura de melhores oportunidades financeiras, sobretudo para países da Europa e América, passou a ser, nos últimos anos, também, um país de imigração, atraindo cada vez mais estrangeiros para viver e trabalhar. Em 2022, contabilizaram-se 781.915 estrangeiros residentes legalmente em Portugal. A trajetória migratória em Portugal pode ser dividida consoante os momentos que exerceram maior influência nessa evolução.

1.1.1. A imigração em Portugal nas últimas quatro décadas do século XX: breve caracterização

Ao longo das últimas quatro décadas do século XX, Portugal passou por consideráveis transformações sociopolíticas e económicas que moldaram o seu papel como país de acolhimento de imigrantes que é hoje. Em particular, recuar até à década de 60, em pleno Estado Novo, quando se assiste a uma vaga de emigração de portugueses que permitiu uma primeira vaga imigratória dos países africanos de língua portuguesa.

Nesta época, Portugal estava sob o regime do Estado Novo, que teve início em 1933 e terminou a 25 de abril de 1974. Fatores como a instabilidade política e económica marcaram o país na altura, justificando o êxodo de portugueses para o exterior. Nesse mesmo período, por outro lado, Portugal também recebeu um número de imigrantes elevado, maioritariamente provenientes dos países africanos de língua portuguesa: “Foi na segunda metade da década de 1960 do século XX que chegaram à região de Lisboa os primeiros imigrantes cabo-verdianos, que vieram colmatar as necessidades de mão-de-obra geradas pela emigração portuguesa para países europeus mais desenvolvidos e pela saída de muitos milhares de homens para as guerras coloniais de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau” (Machado, 2009, p.135). Pouco se conhece sobre os anos iniciais do processo migratório africano em termos estatísticos. Desconhece-se qual o número exato de pessoas envolvidas nesse fluxo inicial “por se tratar, na altura, de uma migração «interna», entre colónia e metrópole, não houve registo estatístico desse movimento” (*Idem, ibidem*). Rui Pena Pires (1999 estimou, de forma indireta, baseando-se no Recenseamento Geral da População de 1981, que 30% dos imigrantes dos PALOP residentes em Portugal àquela altura chegaram antes de 1973 e entre os cabo-verdianos essa percentagem sobe para 43%.

Na década seguinte, de 1980 a 1990, assistiu-se a uma mudança geográfica na origem dos imigrantes. Observou-se uma redução do número de imigrantes europeus e africanos a chegar a Portugal. Na obra *Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos* (2018), Góis e Marques destacam, por exemplo, a perda de peso relativo aos cabo-verdianos (que passam de 39,3%, em 1980, para 22,9%, em 1999). Assiste-se ainda a um aumento considerável da percentagem de asiáticos (de 2%, em 1980, para 4,1%, em 1999) e brasileiros (de 7,4%, em 1980, para 10,9%, em 1999). Esta diversidade na origem dos imigrantes em Portugal ajudou a definir o país “de periferia” (na Europa) para “porta de entrada” no sistema migratório europeu” (Góis e Marques, 2018).

Este novo posicionamento de Portugal decorre num período de mudanças económicas e políticas significativas, que ocorrem nas últimas décadas do século XX. O facto mais assinalável foi a adesão de Portugal, em 1986, à Comunidade Económica Europeia (CEE). Desde essa data e até ao final dos anos 1980, “a economia portuguesa beneficiou-se das consequências imediatas da adesão (...) e da melhoria do cenário mundial (redução do preço do petróleo, do dólar e das taxas de juros internacionais)” (Barbosa & Lima, 2020).

O país começou a experienciar um progresso económico e uma melhoria nas condições de vida. Estes fatores favoreceram a diminuição da emigração portuguesa, retorno de portugueses ao país e aumento no número de imigrantes. Foi durante este período que Portugal registou um crescimento expressivo da imigração. Entre 1990 e 1999, a população estrangeira legalmente residente em Portugal aumentou significativamente, passando de 101.767 para 190.896. Durante este período, Portugal vivia um momento de dinamismo económico gerado pelo crescimento do investimento europeu no país. Entre as novidades da integração económica portuguesa no espaço europeu constou também a livre circulação de pessoas e o fim das fronteiras previsto no Acordo de Schengen (1985), ao qual Portugal adere, em 1991, mas que só viria a ser aplicado, a partir de 26 de março de 1995. O acordo “instaurou uma vasta expansão da autorização para viajar com apenas uma regulamentação mínima e a instituição de portões de entrada livre da União Europeia nos aeroportos dos países membros” (Santos, 2016). Desta forma, o aumento da população estrangeira em Portugal, nas décadas de 1990 e 2000, é resultado também da adesão do país ao espaço de Schengen, algo que resultou do Acordo Schengen. O espaço Schengen autoriza que mais de 400 milhões de indivíduos circulem entre os países membros sem passar por controlos de fronteira. A adesão de Portugal a este espaço, permitindo aos seus cidadãos um passe livre para circular nos países signatários, foi um fator atrativo para que estrangeiros se deslocassem para Portugal.

1.1.2. Portugal, país de imigração no novo milénio

No início do novo milénio, as condições geopolíticas mundiais transformariam os fluxos migratórios. Em particular, a partir dos ataques terroristas às Torres Gémeas, nos Estados Unidos, a 11 de setembro de 2001, resultaram em restrições mais severas relativamente à imigração para aquele país, transformando os estados europeus, como Portugal, em “destinos alternativos” para os fluxos migratórios da época (Santos, 2010). A esta conjuntura acrescenta-se também o começo da circulação do euro em 2002 e os investimentos financeiros e turísticos em Portugal, como a Exposição Mundial de 1998, em Lisboa. Na véspera da Expo-98, verificou-se uma vaga de imigração de países do Leste europeu. Por volta dessa época, o fluxo migratório em massa proveniente do Leste da Europa foi impulsionado em parte pelo colapso da União Soviética. Esse acontecimento traz um número significativo de imigrantes da Ucrânia, Moldávia e Rússia para Portugal. No entanto,

em 2003, esse fluxo migratório começou a diminuir, dando lugar a um destaque maior para a imigração de brasileiros e asiáticos (predominantemente indianos e chineses). O cenário económico e financeiro português é, nesse contexto, de aprofundamento da sua integração no mercado europeu, particularmente visível após a adoção da moeda única, o euro, em 2002. Novos investimentos, sobretudo na área do turismo, romperam com o isolamento estrutural de Portugal.

À medida que Portugal se tornava mais atrativo pela afirmação da sua vertente europeia, cada vez mais imigrantes, vindos de diferentes partes do mundo, mostravam interesse em tentar uma nova vida no país. Diante do crescimento de um novo fluxo de brasileiros no país, observou-se um aumento significativo na procura pelo reconhecimento do Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres. Esse estatuto foi firmado como resultado do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, assinado entre a República do Brasil e Portugal, no ano 2000, proporcionando aos brasileiros residentes, que na altura já se afirmavam como uma das nacionalidades mais expressivas em Portugal, a oportunidade de possuir os mesmos direitos e deveres que os cidadãos portugueses (França e Padilla, 2019).

A situação económica portuguesa seria seriamente abalada com a crise financeira global de 2008. O país enfrentou uma crise económica profunda, o que resultou em altas taxas de desemprego, assistindo-se a uma redução temporária na imigração. Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento na emigração, com muitos portugueses à procura de melhores oportunidades e condições de vida em outros países da Europa. Entre 2008 e 2012, Portugal sentiu de forma profunda os efeitos da crise financeira global (Barbosa e Lima, 2020).

A entrada no novo milénio intensificou e complexificou o fluxo migratório em Portugal, tanto relativamente à imigração, quanto à emigração. Em 2004, as autoras Cunha, Santos, Silveirinha e Peixinho referiram que as “transformações sociais, económicas e políticas levaram Portugal, um país tradicionalmente de emigrantes, a adquirir, também, o estatuto de país de imigração, combinando de forma única os dois movimentos” (p.22). Neste momento, em 2023, estão residentes no país um total de 1 044 606 cidadãos estrangeiros titulares de Autorização de Residência (AIMA, 2024, p.2)

1.1.3. Cenário atual da imigração em Portugal

A partir da segunda metade da década de 2010, Portugal começou a mostrar sinais de recuperação da crise financeira. O crescimento económico, a estabilidade política e as reformas nas políticas de imigração contribuíram para um aumento na imigração. Estas melhorias permitiram ao país atrair imigrantes de diferentes partes do mundo.

Até meados da primeira década do século XXI, as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país eram de natureza laboral. A partir desse momento, dada a situação económica vivida em Portugal e a diminuição das oportunidades de trabalho nos setores em que os imigrantes tendiam a inserir-se, as motivações dos estrangeiros de viverem em Portugal passaram a estar associadas, principalmente, ao estudo e ao reagrupamento familiar (Oliveira, 2023).

Um em cada dez habitantes em Portugal é imigrante. Esta forte presença pode estar também associada à uma busca por maior segurança. Portugal é um dos países mais seguros e pacíficos do mundo. O *Índice da Paz Global (Global Peace Index - GPI)*, publicado pelo Institute for Economics & Peace (IEP), classifica os países de acordo com critérios como o nível de segurança e proteção social, a dimensão dos conflitos internos e internacionais, o grau de militarização e a capacidade militar do país. No relatório do ano de 2024, Portugal aparece em 7º lugar entre os países mais seguros do mundo.

Nos últimos anos, “verificou-se, assim, pelo sétimo ano consecutivo, um acréscimo da população estrangeira residente, com um aumento de 11,9% face a 2021, totalizando 781.915 cidadãos estrangeiros titulares de autorização de residência” (SEF, 2023, p.8). Em comparação, em 2015, 397.731 cidadãos tinham título de residência válido em Portugal (SEF, 2016, p. 10). De acordo com os Relatórios anuais de Imigração, Fronteiras e Asilo, de 2019 para 2021, o número de brasileiros no país teve um aumento de 3,7%, passando de 151.304 indivíduos para 204.694 imigrantes. Atrás do Brasil aparece o Reino Unido, sendo a segunda nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal, a equivaler a 5,8% do total de estrangeiros em Portugal (SEF, 2023, p.9).

O distrito onde mais se concentra a população estrangeira é Lisboa, com 294.736 habitantes estrangeiros, e, em segundo lugar, Faro, com 105.142 de habitantes (SEF, 2022, p.34).

Cada vez mais, o governo português tem implementado políticas para facilitar a integração de imigrantes, utilizando uma abordagem mais abrangente e inclusiva. De forma geral, Portugal tem adotado uma postura relativamente aberta em relação à imigração, e as políticas migratórias são ajustadas para acomodar o aumento da presença estrangeira. Existe uma visível preocupação por parte do governo relativamente ao processo de adaptação dos imigrantes no país. Para facilitar esta questão, existem medidas como cursos de língua de acolhimento, serviços de assistência social, como o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) Lisboa, e a possibilidade de reconhecimento de Qualificações Estrangeiras para o exercício de uma determinada profissão ou atividade profissional regulamentada. Por exemplo, numa entrevista à Lusa, a 10 de junho de 2024, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Portugal, Nuno Sampaio, reafirmou o compromisso de acolher de braços abertos os imigrantes brasileiros, destacando que essa política de acolhimento “é para continuar”¹. Com a aprovação do Plano de Ação para as Migrações em junho, que contém 41 medidas, Sampaio afirma que a perspetiva de Portugal e do Governo é de “reforçar os mecanismos de uma boa integração”, com foco no acolhimento e humanismo. Algumas medidas incluem a transformação do atual visto de mobilidade para imigrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) num visto comunitário (Schengen), que permite circular pela União Europeia, e criação de uma Unidade de Estrangeiros e Fronteiras (UEF) na PSP para fiscalizar a presença de imigrantes e criar centros de atendimento de emergência².

O aumento exponencial dos números imigratórios em Portugal é benéfico tanto para os imigrantes, quanto para os próprios portugueses que vivem no país recetor, pois beneficiam dos avanços económicos associados aos imigrantes. Apesar de os imigrantes residentes em Portugal enfrentarem, frequentemente, empregos precários, salários inferiores e uma maior jornada de trabalho, são eles que mais positivamente contribuem para os cofres da Segurança Social: em 2022, o saldo positivo foi de 1.604,2 milhões de euros (Observatório das Migrações, 2023). Em 2023, os brasileiros foram os que mais contribuíram: os cofres portugueses receberam 1,033 mil milhões de euros, quantia 57% superior à registrada em

¹ Portugal garante ao Brasil que continuará de "braços abertos" para imigrantes
<https://www.lusa.pt/article/43020529/portugal-garante-ao-brasil-que-continuar%C3%A1-de-bra%C3%A7os-abertos-para-imigrantes>

² Plano de Ação para as Migrações- Desafios, Princípios e Ações

2022. No total, os imigrantes em Portugal dirigiram 22,677 mil milhões de euros à Segurança Social no ano passado, um número recorde.

Numa entrevista ao *Expresso*, a 8 de janeiro de 2024, Catarina Reis Oliveira, diretora do Observatório das Migrações, considera que “sem os imigrantes, alguns setores económicos entrariam em colapso”³. Ainda assim, como resultado da crescente onda de imigração no país, observa-se também uma nova vaga de preconceitos e xenofobia. Segundo o Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População Residente em Portugal (ICOT) (INE,2023), “1,2 milhões de pessoas já sofreram discriminação em Portugal. Pessoas que se identificam como ciganas, negras, ou de origem ou pertença mista, assim como mulheres, jovens, mais escolarizadas e desempregadas, foram as que mais sentiram discriminação” (p. 24).

1.1.4. Características e perfil dos imigrantes em Portugal

Este subcapítulo tem como objetivo analisar as características sociodemográficas e o perfil dos imigrantes em Portugal. Como apontado anteriormente, a imigração em Portugal acontece por vagas. Desta forma, dada a natureza do fenómeno migratório no país, vão ser apresentados os aspetos como a escolarização, a faixa etária predominante, a distribuição por género e participação no mercado de trabalho. De forma geral, a imigração em Portugal é marcada por ser multidimensional e mutável conforme a atualidade migratória.

No que diz respeito à educação, segundo números da base de dados estatísticos Pordata (2022, p.105), é apresentado que um terço dos alunos de doutoramento são estrangeiros (105 mil). No ensino básico e secundário, o número de alunos inscritos nas escolas do Continente duplicou, tendo passado de 49.669 alunos de nacionalidade estrangeira, no ano letivo de 2016/17 para 105.855 no ano letivo de 2021/22. De acordo com dados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), apresentados pela Pordata (2022, p.6), no 1.º ciclo, uma em cada dez crianças é estrangeira. No ano letivo de 2021/2022, a maioria dos alunos matriculados no ensino básico e secundário eram oriundos da América do Sul (50,7%), dos PALOP (20,7%), da União Europeia (8,4%), da Europa de Leste (8,2%), e da Ásia (7,3%) (Observatório das Migrações, 2022, p.104). Nesse mesmo ano letivo, em 2021/2022, os brasileiros foram o grupo estrangeiro com maior presença com alunos

³ *Qual é o impacto das migrações na demografia e na economia portuguesa? (2024). Expresso.*
<https://expresso.pt/iniciativaseprodutos/projetos-expresso/5-decadas-de-democracia/2024-01-08-Qual-e-o-impacto-das-migracoes-na-demografia-e-na-economia-portuguesa--9146539b>.

matriculados no ensino básico e secundário, com 41.764 alunos. Os alunos angolanos (7.764 alunos) e ucranianos (5.510 alunos) ocupam a segunda e terceira posições, respetivamente (p.108). As três principais áreas de educação e formação em que os alunos estrangeiros, nos anos letivos de 2021/2022, estavam inscritos, correspondiam a Ciências empresariais, administração e direito; Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção; e Ciências sociais, jornalismo e informação. No ensino superior, a nacionalidade brasileira é a mais presente entre os alunos estrangeiros inscritos (Observatório das Migrações, 2022, p.119).

Nas últimas décadas, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), cerca de meio milhão de estrangeiros obtiveram nacionalidade portuguesa (Pordata, 2022, p.9). Em 2021, 3,7% da população estrangeira residente em Portugal adquiriu nacionalidade portuguesa. No ano seguinte, em 2022, os brasileiros foram os que mais receberam cidadania portuguesa. Nesse ano, as cidadanias para os brasileiros foram responsáveis por 30,7% do total concedido aos estrangeiros residentes, sendo atribuídas 6.404 cidadanias. De seguida, apareceram os imigrantes de Cabo-Verde, com 4,7% da aquisição da nacionalidade de residentes em Portugal e, em seguida, os ucranianos, que representavam 3,3% do total de cidadanias (Observatório das Migrações, 2023, p.363).

Em 2022, segundo dados do INE e do Pordata, 62,2% dos imigrantes eram homens e 37,8% eram mulheres. A faixa etária mais predominante era a de 25 a 34 anos, a representar 22,3% dos imigrantes (p.14).

De acordo com a Pordata (2022, p.7), os trabalhadores estrangeiros enfrentam uma maior taxa de desemprego e precariedade laboral. Em 2022, a taxa de desemprego da população estrangeira, proveniente de países fora da UE, era mais do dobro da média nacional (14,3% vs. 6,1%), sendo que Portugal é o 4º país com maior precariedade laboral entre os estrangeiros. Segundo Rainer Münz et al., 2006 (p.37), sem os imigrantes alguns setores económicos e atividades não sobreviveriam ou entrariam em colapso. Em Portugal, “verifica-se uma sobre representação de fluxos de imigração de motivação económica” (Observatório das Migrações, 2023, p.152). Por vezes, a migração é realizada com a intenção de ocupar vagas no mercado de trabalho português. No que diz respeito à qualificação dos imigrantes que trabalham em Portugal, “existe uma concentração de estrangeiros nas profissões de mais baixo estatuto e de menores requisitos habilitacionais”, algo que se traduz num trabalho muito menos qualificado do que as habilitações dos imigrantes. Mais de uma

vez, o Observatório das Migrações expôs que, à semelhança de anos anteriores, os dados demonstram um desequilíbrio entre as remunerações base médias dos trabalhadores estrangeiros em comparação com os trabalhadores portugueses, menos -5,3% em 2021 (2023, p.162). Segundo Indicadores de Integração de Imigrantes, no Relatório Estatístico Anual de 2022, entre “as dez nacionalidades estrangeiras que registam maior número de desempregados, e que mais contribuíram para o total de desempregados estrangeiros registados no IEFP (representando no conjunto cerca de 80,7% do total de desempregados estrangeiros), foi a brasileira (com 14,4 mil desempregados registados, representando 42,4% dos desempregados estrangeiros, mantendo-se há vários anos na primeira posição)” (Observatório das Migrações, 2022, p.193). De seguida, encontra-se a nepalesa, a angolana, na terceira posição, a cabo-verdiana, a ucraniana, a guineense, a indiana, a romena, a são-tomense e, na décima posição, os indivíduos oriundos do Bangladesh.

Dados da Eurostat (Pordata, 2022, p.8) concluem que “um em cada três estrangeiros em Portugal vivem em risco de pobreza ou exclusão social”. Já no relatório do Observatório das Migrações (2022, p.384), é registado que, de 2020 para 2021, o risco de pobreza ou exclusão social dos estrangeiros em Portugal foi de 18,9%, subindo para 35% em 2021.

Há mais de cinco décadas que os imigrantes têm tido um impacto considerável na economia e sociedade portuguesa. Desta forma, as alterações nos aspetos apresentados, mudam consoante as vagas migratórias e, conseqüentemente, conforme a mutação dos fatores económicos e sociais nos países de origem e no país recetor, Portugal.

1.2. A relação simbiótica entre imigração e os *media*

A migração e a forma como os *media* representam estes fenómenos humanos tem merecido a atenção de vários estudos científicos. Destaca-se o estudo “Media, Imigração e Minorias Étnicas em Portugal” (2004), da investigadora Isabel Ferin Cunha, que analisa a representação de imigrantes e minorias étnicas nos *media* portugueses. As temáticas associadas ao fenómeno da Imigração e Minorias Étnicas entraram nas rotinas dos *media* em Portugal, refletindo uma transformação na ordem socioeconómica global. Ainda que as questões de justiça de trabalho e redistribuição económica continuem a ser relevantes, adiciona-se à discussão as questões culturais relacionadas à identidade, etnicidade e pluriculturalidade. Isto pode ser justificado “pelo aumento dos fluxos de imigração, a partir

do início do milénio” (p.93). Ainda foi registado o aumento em outros fluxos globais, “nomeadamente os inerentes às deslocações motivadas por trabalho e lazer, bem como os produzidos e difundidos pelas indústrias de conteúdos (por exemplo, publicidade, televisão, cinema e música) e via Internet, que propiciam uma nova consciência reflexiva sobre o *Outro* e a *Diferença* nas sociedades de acolhimento” (*Idem, ibidem*). A obra nasce do propósito de compreender como os meios de comunicação moldam e influenciam as perceções sociais sobre a imigração e as minorias étnicas em Portugal.

Além desse estudo, outras investigações em Portugal abordam o impacto das representações mediáticas sobre a imigração. Fábio Fonseca Ribeiro e Madalena Oliveira, no estudo “O silêncio dos imigrantes: da integração social à participação na vida pública através dos *media*” tentam, como escrevem, “abrir caminho à discussão sobre a integração do imigrante, não só do ponto de vista político, cultural e social, mas também nos *media*” (2009, p.17). Ainda que através de uma amostra mais limitada, os autores revelam que os dados recolhidos não demonstram uma participação significativa de imigrantes, com exceção de apenas um único exemplo, relacionado com uma intervenção num programa de rádio, ocorrida durante um debate sobre futebol, especificamente sobre um jogo de *playoff* entre Portugal e Ucrânia para o Mundial de 2010.

Nessa mesma linha de estudos, a tese de doutoramento da Inês Branco intitulada “A importância dos *media* e da língua de acolhimento na integração de imigrantes. Estudos de caso: a comunidade nepalesa de Portugal e a comunidade portuguesa em Macau” (2015) analisa os usos dos *media* – étnicos, *mainstream* e transnacionais - por imigrantes durante o processo de integração. Aqui, a autora reflete sobre como os novos meios de comunicação podem auxiliar na conexão dos imigrantes com seus países de origem e aliviar as dificuldades da adaptação. No entanto, conclui que essa conexão pode, ao mesmo tempo, prejudicar o nível de integração na nova cultura, pois uma “maior adopção dos elementos singulares, únicos da cultura de destino, poderá ser menor” (p.191).

A relação entre a imigração e os *media* pode ser considerada simbiótica. Ambas as partes influenciam e dependem uma da outra, de diversas formas. Por um lado, a representação dos imigrantes nos *media* depende de como se encontra o estado da imigração numa determinada época. A representação que é feita dos imigrantes no jornalismo português afeta diretamente a condição social dos mesmos: “No campo dos *media*, a visibilidade dos movimentos migratórios é diretamente proporcional ao aumento do número de imigrantes nos

países acolhedores” (Ribeiro & Cerqueira, 2010). Por outro lado, os meios de comunicação são capazes de desempenhar um papel prático na integração dos imigrantes. Ao disponibilizar informações sobre os processos de imigração, leis, políticas de migração, oportunidades de emprego e, em geral, a vida em diferentes países, fornecem diretrizes práticas para aqueles que consideram a mudança, podendo, possivelmente, influenciar um fluxo migratório de um determinado país. A importância dos *media* na integração dos imigrantes é tanto maior quanto estes são fatores de desenvolvimento. A migração mostra estar intrinsecamente ligada às mudanças sociais no contexto económico, sendo capaz de impulsionar a industrialização, a automação do trabalho, o crescimento da riqueza de nações e a melhoria relativa das condições de vida em algumas regiões. A migração tem o poder também de estimular alterações na política, cultura e tecnologia (Burke, 2017).

Apesar da importância da imigração, esta nem sempre é alvo de atenção, o que pode ser justificado por se encontrarem, frequentemente, situações de desrespeito pelos direitos humanos. O trabalho *A Imigração e a Mídia. Entre a Utopia da Invisibilidade Social e os Direitos Humanos Universais* (2017), de Silva e Góis, levanta o véu sobre esta questão particularmente importante: os direitos humanos. Pouco é mencionado nos outros estudos sobre os *media* relativos a imigrantes, a dignidade humana e a valorização dos direitos humanos. Compreender melhor esta vertente é crucial para poder responsabilizar os órgãos reguladores das migrações e dos *media* para ser possível promover a emancipação de um discurso que amenize a estigmatização dos imigrantes pelos meios de comunicação. Os autores expõem que, em teoria, os meios de comunicação deveriam ter um papel crucial em fornecer visibilidade aos imigrantes e às suas causas. No entanto, na prática, muitas vezes, não é o que acontece. Como comprovam alguns estudos, o tratamento e a representação dos imigrantes realizados nos *media* atenta, muitas vezes, contra os valores basilares dos direitos humanos. De forma semelhante às ideias apresentadas no texto anterior, percebe-se no artigo *The Influence of Media Coverage on the Negative Perception of Migrants in Chile*, o poder duplo que os *media* podem exercer na vida dos migrantes: “(...) os meios de comunicação de massa, enquanto instituição social, desempenham um papel na formação da comunidade, na reafirmação dos laços e no compartilhamento de valores comuns”. No entanto, também podem estimular o efeito oposto, dando lugar a um discurso que incentive discriminação, xenofobia e exclusão (Scherman, Etchegaray, Pavez & Grassau, 2022).

Pachioni (2021) destaca a importância de uma cobertura jornalística justa, imparcial e, acima de tudo, baseada na verdade. O autor aponta que, muitas vezes, os meios de comunicação, assim como governos e instituições públicas e privadas fazem um uso inadequado de determinados conceitos, como a aplicação equivocada das palavras “imigrantes” e “refugiados”. O autor salienta que a utilização de vocabulário apropriado ao noticiar é essencial, já que os *media* desempenham um papel fundamental na criação de conscientização e compreensão pública sobre questões migratórias. Nelson Traquina refere que “um erro factual pode pôr em causa toda a credibilidade da informação” (2002, p.137), ressaltando a importância da credibilidade jornalística e como a precisão pode mudar o sentido de uma notícia.

Com o poder de fornecer informações, histórias e imagens relacionadas à migração, os *media* não moldam apenas a percepção das pessoas sobre o fenómeno migratório, mas também influenciam a opinião pública sobre a figura do imigrante: “A cobertura efectuada pelos *media*, enquanto formadores da opinião pública, pode condicionar a percepção do Outro” (Cerqueira e Ribeiro, 2010, p.193). Assim, se existe uma relação entre a visibilidade dos movimentos migratórios e o aumento do número de imigrantes nos países recetores, a responsabilidade por parte dos órgãos de comunicação é absoluta. Este facto fica em evidência, principalmente, quando “o racismo, as políticas de imigração e as problemáticas relacionadas com a integração passaram a ocupar a agenda contemporânea de forma mais intensa nas últimas décadas” (Cerqueira e Ribeiro, 2010).

A comunicação social desempenha um papel crítico e direto no bem-estar e integração social de migrantes na sociedade anfitriã. A imagem do imigrante na Imprensa e o que envolve a sua representação é um processo complexo, por não ter uma característica consistente e homogénea. A forma como a representação do imigrante acontece depende de inúmeros fatores como escolhas editoriais dos órgãos de comunicação, termos e conceitos, ângulos e imagens utilizadas, assim como o retrato atual da migração numa determinada época. Por outro lado, também podem contribuir para discriminação, como mencionado anteriormente. Lorenzo Prencipe argumenta que os *media*, principalmente a televisão, não refletem com precisão a realidade da sociedade, mas, em vez disso, exageram, distorcem ou ocultam as informações relacionadas aos imigrantes. O autor justifica que este tipo de discurso resulta numa representação inadequada dos imigrantes nos meios de comunicação do seu país de acolhimento, que “... sentem-se mal representados e sub-representados na

maior parte dos *media* do país de adoção: para eles, os *media* não refletem a diversidade cultural da sociedade, mas sim a falta de abertura desta sociedade a seu respeito” (2002, p.39).

Em termos estatísticos, os imigrantes são marginalizados na cobertura mediática, o que tem consequências significativas, incluindo um sentimento de exclusão e falta de modelos de identificação. Segundo Prencipe, a representação dos imigrantes nos *media* é, geralmente, circunscrita a poucos aspetos. No entanto, situações e eventos negativos, principalmente crimes, são amplificados. O autor menciona ainda o facto de que os delinquentes nacionais recebem menos pena de prisão que os estrangeiros, podendo associar esta responsabilidade aos *media*. Os órgãos de comunicação colaboram com estas práticas quando, frequentemente, associam a figura do imigrante a crimes: a representação dos imigrantes nos *media* oscila entre ocultação e marginalização. Os preconceitos e estereótipos são agravados pelo facto de os *media* terem pouco conhecimento sobre a imigração e ter poucos imigrantes em cargos de produção mediática. Isso cria um círculo vicioso, onde os *media* não compreendem adequadamente esta minoria e continua a perpetuar os estereótipos já existentes, alimentando o medo sentido pelos nativos de um país, causado pela internalização de estereótipos perpetuados pelos *media*, e contribuindo para o sentimento de exclusão entre os imigrantes: “Estatisticamente, os imigrantes e estrangeiros são fortemente marginalizados no conjunto do universo mediático, o que acarreta consequências importantes em termos de sentimento de exclusão e de falta de modelos de identificação” (*Idem, ibidem*).

Para aprimorar a representação das minorias migratórias, o autor sugere: “uma participação ativa das populações imigrantes e estrangeiras na produção e difusão da informação no seio dos diferentes meios”, uma “formação adequada dos profissionais de *media*”, realizando um “estudo das realidades pluriculturais, das condições sociais e culturais dos imigrantes e seu contexto de origem”, “uma cooperação entre os diferentes profissionais dos *media* que tratam de questões ligadas à imigração e pluriculturalidade na sociedade europeia” e “uma educação escolar e extra-escolar para os *media*, a fim de despertar a curiosidade sobre o conhecimento do património cultural do Outro”.

Os órgãos de comunicação têm um peso crucial na maneira como os portugueses constroem uma opinião sobre este grupo, já que, para muitos, os *media* são o único contacto que estes têm com imigrantes. Assim, é natural que seja preciso que os imigrantes tenham voz em como a representação dos mesmos é construída e noticiada na esfera pública. Willy

Filho (2008) exemplifica, como imagem pejorativa na Imprensa, a forte ligação da mulher brasileira ao mercado do sexo e a redes de tráfico humano, e do homem a condutas criminais e ao trabalho ilegal e pouco qualificado. Prencipe refere que “o mal-estar dos *media* é o reflexo do mal-estar de toda a sociedade, que ainda não aceitou a imigração como um de seus principais elementos constitutivos” (2002, p.37).

Com alguma frequência, os *media* modelam as narrativas acerca da migração, exercendo influência sobre a maneira como os migrantes são apresentados ao público, favorecendo uma possível formação ou perpetuação de estereótipos. A representação mediática tem o potencial de influenciar tanto a aceitação social quanto as políticas relacionadas à migração. Na sequência deste pensamento, as teorias do *agenda-setting* (McCombs e Donald Shaw) e do *framing* (Goffman) são relevantes para compreender como e por que as notícias são estruturadas e de que forma determinados assuntos são destacados na cobertura mediática.

1.3. Teoria da *Agenda-Setting*

Para ser compreendido o papel e o impacto dos meios de comunicação na construção de narrativas sobre a imigração, devem ser consideradas e introduzidas ferramentas teóricas que não apenas nos auxiliem a perceber que narrativas são construídas, mas também como as mesmas chegam a formar-se. Desta forma, este conceito surge num contexto de aprofundar o ângulo teórico desta investigação: perceber o que está a ser noticiado, mas também como esta temática está a ser contextualizada.

A teoria da *Agenda-Setting*, ou teoria do agendamento, é um conceito-chave no campo da comunicação e jornalismo, que explora a influência dos *media* na agenda pública, ou seja, na seleção e priorização de temas que serão discutidos pela sociedade. Esta teoria é da autoria de Maxwell McCombs e Donald Shaw, na década de 1970, com base em pesquisas sobre a cobertura jornalística durante a eleição presidencial dos Estados Unidos de 1968. McCombs e Shaw definem este conceito como “uma descrição metafórica do papel que os meios de comunicação desempenham na formação da opinião pública” (1991, p.43). Como escreveu Traquina, “o primeiro poder dos jornalistas é a decisão última de optar pelo o que é notícia, sabendo que a notícia dá existência pública ao acontecimento ou à problemática” (2002, p.127). Na obra *Agenda Setting: Readings on Media, Public Opinion, and*

Policymaking, os autores consideram que a nossa atenção é orientada “para uma fase anterior do processo de opinião pública, a fase em que surge uma questão” (Protess & McCombs, 1991, p.3). O conceito sugere que os meios de comunicação não apenas informam os indivíduos sobre eventos e questões, mas também têm o poder de estabelecer a agenda pública, influenciando indiretamente a importância que é dada a diferentes assuntos. As questões que recebem uma cobertura jornalística mais extensa e frequente tendem a ser percebidas como mais importantes pelo público. Por outras palavras, os meios de comunicação têm o poder de influenciar quais os tópicos e as questões que são percebidas como os mais importantes pela sociedade: “As mudanças nas prioridades políticas são por vezes orquestradas por jornalistas e responsáveis políticos atuando em conjunto, com o público a desempenhar um papel de espectador” (Protess & McCombs, 1991, p.150). Este fenómeno ocorre através da seleção e ênfase de determinadas notícias, assim como a repetição constante desses temas durante um determinado período de tempo. Desta forma, os *media* podem moldar a agenda pública, afetando as preocupações e as prioridades percebidas pelos indivíduos: “A criação destas saliências percebidas nas mentes do público da comunicação de massas é um subproduto da prática jornalística, moldada pela necessidade de selecionar e destacar um pequeno número de tópicos por dia” (Protess & McCombs, 1991, p.2).

Na obra *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion* (2004), de Maxwell McCombs, o autor afirma que “a teoria expandiu-se para incluir proposições sobre as condições contingentes para estes efeitos, as influências que moldam a agenda dos *media*, o impacto de elementos específicos nas mensagens dos *media* e uma variedade de consequências deste processo de definição da agenda”. Assim, numa realidade contemporânea, esta teoria pode abranger as novas tecnologias, como redes sociais e plataformas digitais, reconhecendo que as dinâmicas de *media* e a formação da agenda pública não estão restritas somente aos meios de comunicação tradicionais, mas também se estende às plataformas digitais e às atividades *online*. Estes meios digitais exercem um peso considerável na rápida difusão de informação, através também dos algoritmos de recomendação em redes sociais e motores de busca também desempenham um papel fulcral na seleção e apresentação de conteúdo, influenciando o que os usuários veem, consomem e debatem entre si.

1.4. Teoria do *Framing*

A teoria do *framing*, também chamada de teoria do enquadramento, é uma outra abordagem pertencente à área da comunicação. Enquanto a teoria do *agenda-setting* se foca na seleção de tópicos para a atenção do público, esta teoria aborda o modo como esses tópicos são noticiados e estruturados para influenciar a interpretação do público. Este conceito ressalta a forma como as mensagens são apresentadas e enquadradas para influenciar a percepção do público sobre um determinado assunto. O nome desta teoria refere o facto de serem seleccionadas certos aspetos de uma determinada realidade, visando torná-los mais evidentes. De forma semelhante à teoria do agendamento, os meios de comunicação podem moldar a interpretação de eventos ao evocar aspetos específicos, o que influencia a maneira como o público entende e avalia esses eventos. Este conceito foi popularizado por Erving Goffman, em 1974, com a obra *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*.

Nelson Traquina refere que “o jornalismo e os jornalistas podem influenciar não só sobre o que pensar, mas como pensar” (2002, p.128). A forma como os imigrantes são enquadrados nos *media* tem uma influência significativa nas atitudes, opiniões e emoções dos cidadãos (Scherman, Etchegaray & Pavez, 2022, p.3). A seleção de palavras, imagens e contextos influenciam como uma mensagem é interpretada. Ao enquadrar uma história de uma forma específica, o *framing* realizado pelos meios de comunicação enfatiza certos aspetos, enquanto desconsidera outros.

Athanasia Batziou (2011) aborda o carácter ‘natural’ do *framing*, algo que está tão bem integrado e enraizado na nossa cultura e sociedade que, por vezes, é difícil identificar onde está inserido. No entanto, é possível reconhecer que o público tem capacidade crítica ao consumir conteúdo mediático. A participação do público no processo de construção de significados não pode ser subestimada.

É particularmente importante perceber que o tipo de enquadramento de determinado assunto noticioso, por mais ínfimo que o pormenor possa parecer, pode reproduzir racismo e qualquer outro tipo de preconceito, podendo existir aspetos menos evidentes que escapem a uma primeira análise. Particularidades como a seleção de certas temáticas, palavras, conceitos e expressões, como metáforas, adjetivos ou eufemismos, a utilização ou a falta de certas imagens devem ser tomadas em consideração. E não deixa de ser significativo o uso da voz passiva ou ativa: “...o sujeito como ativo quando as ações noticiadas são realizadas pelo

indivíduo, e como passivo quando essas ações são realizadas sobre ele” (Galante, 2010, p.26). As fontes também têm um papel crucial, sendo importante identificar a origem da informação, estatuto e credibilidade (Galante, 2010). Estas teorias abordam o facto de se pensamos ou não num assunto, e a forma como pensamos em determinados assuntos.

1.5. Representação social, estereótipos e preconceitos

Passaram mais de cem anos, mas *Public Opinion* (1922) continua a ser, até aos dias de hoje, uma referência para estudiosos de comunicação, historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Na obra, Walter Lippmann explorou a ideia de que a opinião pública é, muitas vezes, formada por representações simbólicas e simplificadas do mundo, em vez de uma compreensão direta dos factos. Argumentou que os indivíduos constroem as suas opiniões com base nessas representações mediadas pelas notícias e outras fontes. O autor norte-americano introduziu a ideia de "estereótipos" como imagens mentais pré-concebidas que as pessoas têm de grupos, eventos ou conceitos e discutiu a forma que são construídos os estereótipos na sociedade. O escritor nova-iorquino destacou que, devido à complexidade do mundo e à limitação de tempo e atenção por parte das pessoas, os estereótipos são usados para simplificar a compreensão. Os estereótipos, segundo Lippmann, são construídos partindo de fatores externos e internos. Os fatores externos são a censura, que tem a capacidade de restringir o acesso à informação, e a falta de contacto direto, referente às pessoas que não têm uma experiência direta com o objeto que tentam compreender, resultando em interpretações equivocadas. Os fatores internos referem-se aos nossos próprios pré-conceitos, que formamos a partir de experiências e conhecimentos passados: “Este é o estereótipo perfeito. A sua característica é que precede o uso da razão; é uma forma de percepção, impõe um certo carácter aos dados dos nossos sentidos antes de estes chegarem à inteligência” (1922, p.98).

O estereótipo molda a compreensão da realidade antes de termos a oportunidade de avaliar criticamente ou refletir sobre as informações recebidas. Segundo Galante, “os estereótipos são também uma ferramenta que facilita a interação e o convívio, ao fornecerem às pessoas ideias pré-concebidas acerca de todos os elementos e situações com as quais podem interagir normalmente na sua vida quotidiana” (2010, p.8). Os estereótipos são atalhos

⁴ “This is the perfect stereotype. Its hallmark is that it precedes the use of reason; is a form of perception, imposes a certain character on the data of our senses before the data reach the intelligence” (1992, p.98).

mentais de compreensão rápida, proporcionando uma visão simplificada e mais fácil de lidar com um mundo cada vez mais complexo. Lippmann enfatizou que a maioria das pessoas forma as suas opiniões com base em representações simbólicas, ao invés de experiências diretas. Apelidou essas representações de “pseudo ambientes”, argumentando que as pessoas, muitas vezes, operam com imagens simplificadas e subjetivas do mundo ao seu redor: “O próprio facto de os homens teorizarem é a prova de que os seus pseudo-ambientes, as suas representações interiores do mundo, são um elemento determinante no pensamento, no sentimento e na ação. Porque se a ligação entre a realidade e a resposta humana fosse direta e imediata, em vez de indireta e inferida, a indecisão e o fracasso seriam desconhecidos” (1922, p.27). Assim, Lippmann reconheceu o papel significativo dos meios de comunicação na criação de representações sociais, destacando que as notícias e outras formas de comunicação moldam as percepções públicas, fornecendo, muitas vezes, imagens simplificadas e estereotipadas de eventos, situações, pessoas e grupos sociais. Ao abordar o conceito de representação social, o autor desenvolve que as pessoas, regularmente, baseiam as suas opiniões em estereótipos e preconceitos, justificando que é impossível ter uma compreensão direta e completa de todos os assuntos. Através deste livro, Walter Lippmann colocou em evidência como as representações sociais, estereótipos e simplificações são inerentes ao processo de formação de opinião pública. Susana Galante menciona o facto de, apesar de a teoria do agendamento ter surgido na década de 1970, Lippmann já teria feito a conexão entre agenda mediática e a agenda pública, sua obra *Public Opinion* (1922). “Qualquer perturbação nos estereótipos parece ser um ataque aos fundamentos do universo” (*Idem, ibidem*): esta citação destaca a resistência em relação aos nossos próprios estereótipos, revelando também a tendência humana de considerar as suas perspectivas como inalteráveis, o que revela uma certa hesitação em aceitar pontos de vista diferentes ou reconsiderar ideias já previamente estabelecidas. Desta forma, ao aceitar um estereótipo, algo que é de natureza fixa, sem qualquer tipo de crítica, informações e nuances cruciais podem ser ocultadas. Assim, quando o estereótipo é confrontado com a realidade e, conseqüentemente, quebrado, as limitações do estereótipo são reveladas. O autor explora ainda que “o que é diferente cairá em olhos que não veem” (p.19), teorizando que, como indivíduos, tendemos a ignorar ou rejeitar aquilo que é percebido como estranho ou diferente, quer de forma consciente ou inconsciente. Sugere que o cérebro humano, muitas vezes, é seletivo em relação a determinadas informações, priorizando aquelas que estão alinhadas com nossa perspectiva ou filosofia preexistente. Desta forma, “uma opinião pública é sobretudo uma versão moralizada e codificada dos factos” (p125.).

No livro *Public Opinion* (1922), de Walter Lippmann é destacada a importância de compreender como são feitas as representações e que estas têm sempre um significado conotativo. Seguindo a ideia do carácter fixo do estereótipo e da dificuldade de este ser abalado, Lippmann considera que, quando um membro de determinado grupo se comporta de maneira contrária ao estereótipo associado a esse grupo, geralmente essa ação é interpretada como uma exceção, e não como um argumento para esse estereótipo ser descredibilizado. O autor expõe que essa exceção não é suficiente para refutar o estereótipo estabelecido: “Se a experiência contradiz o estereótipo, acontece uma de duas coisas. Se o homem já não for plástico, ou se alguns interesses poderosos tornam muito incómodo o rearranjo dos seus estereótipos, ele ignora a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha, encontra uma falha algures, e consegue esquecê-la. Mas se ele continua a ser curioso e aberto, a novidade é levada em conta e permite-se que a modifique. Por vezes, se o incidente for suficientemente marcante, e se ele tiver sentido um desconforto geral com o seu esquema estabelecido, pode ser abalado a ponto de desconfiar de todas as formas aceites de ver a vida” (1922, p.100).

De forma semelhante a Lippmann, no livro *Constructing Public Opinion: How Political Elites Do What They Like and Why We Seem to Go Along With It* (2001), Justin Lewis levanta o tópico da política e como as elites políticas desempenham um papel crítico na formação da opinião pública. O autor examina os meios e as estratégias de comunicação que essas elites utilizam para influenciar o pensamento do público sobre questões políticas, podendo moldá-las de acordo com as suas preferências pessoais. Além disso, Lewis explora o porquê de o público, muitas vezes, parecer acompanhar essas influências, examinando os fatores psicológicos e sociais que podem favorecer para que o público se conforme com as ideias que lhes são transmitidas. Essencialmente, “a questão que devemos colocar não é como é que os media influenciam a opinião pública, mas como é que os media influenciam os pressupostos sobre o mundo que informam o discurso público (racional ou não)” (Lewis, 2001, p. 115).

Mais recente, na obra *Picturing Immigration: Photojournalistic Representation of Immigrants in Greek and Spanish Press* (2011), Athanasia Batziou analisa, de forma comparativa, como os imigrantes são representados na imprensa grega e espanhola, através da análise visual das imagens utilizadas nesses jornais. Neste livro, é explorada uma variedade de temas, incluindo a representação mediática de minorias, imigração e

estereótipos, fazendo também referência aos conceitos de Walter Lippmann. Ao longo dos últimos anos, assim como Portugal, tanto a Grécia, como a Espanha vivenciaram um aumento significativo no número de imigrantes. À medida que a população estrangeira residente cresceu, os *media* nacionais desses países documentaram essa alteração, contribuindo significativamente na formação das percepções em relação aos grupos de imigrantes.

Batziau refere que a estigmatização dos imigrantes é consumada ao associá-los à criminalidade. “A apresentação dos imigrantes de uma forma que lembre mentalmente tal minoria tem uma dupla função: por um lado estigmatiza os imigrantes, ligando-os mentalmente ao crime, mesmo quando são apresentados como vítimas, e por outro lado, categoriza-os como “outros”, da mesma forma que os criminosos são “outros” em relação a “nós”, os cidadãos comuns” (2011, p.72). Ainda quando os imigrantes são demonstrados como vítimas, são propagados estereótipos, impulsionando a exclusão, influenciando a opinião pública e afetando decisões políticas.

Athanasia debate também as implicações que os estereótipos expostos nos *media* podem ter a nível de impacto psicológico, não apenas na forma como o público reconhece os imigrantes, mas na maneira como os próprios imigrantes se percebem a si próprios, contribuindo para a perpetuação de um estigma: “...o enquadramento estereotipado dos imigrantes pelos *media* como “ameaça para os outros” pode ter um impacto também na forma como se percebem a si próprios” (Batziau, 2011, p.103). Este é o fenómeno da "profecia autorrealizável" (Batziau, 2011, p.103), que confirma o estereótipo à medida que é internalizado pela pessoa ou pessoas que são retratadas de maneira estereotipada.

Em 2016, George Pleios, professor e chefe do Departamento de Comunicação e Estudos de Mídia da Universidade de Atenas, deu uma entrevista para o Observatório Transeuropa dos Balcãs e do Cáucaso, no contexto da crise dos refugiados na Grécia. A autora do artigo, Marzia Bona, refere a dificuldade que vários meios de comunicação na Grécia sentiram para reportar a presença de requerentes de asilo no país. Na mesma, o professor aborda a atitude hostil dos órgãos de comunicação perante os migrantes, alimentado a xenofobia no país. Pleios afirma que tanto a mídia quanto a opinião pública mantiveram “posições xenófobas” face a esta situação.

CAPÍTULO II

A experiência de estágio na Lusa

2.1. História da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.

As agências de notícias desempenham um papel fulcral no jornalismo. São estas entidades que têm a responsabilidade de recolher e distribuir informação pelos meios de comunicação, podendo moldar o fluxo de informação num nível profundo: “(...) as agências noticiosas (...) inquestionavelmente distribuem a maior parte das notícias sobre o que está a acontecer no mundo em desenvolvimento” (Altschull, 1984, p.219).

Falar da Lusa e da sua importância obriga a uma determinada contextualização. É imperativo perceber os antecedentes da evolução das agências de notícias por uma lente portuguesa, mas também global.

Há cerca de 190 anos, o francês Charles-Louis Havas fundou a Agence Havas, atualmente conhecida como Agence France-Presse (AFP). É considerada a agência de notícias mais antiga do mundo. Passaram-se cem anos desde a idealização de Havas, e Portugal e o Luxemburgo eram os únicos países europeus sem uma agência noticiosa nacional (Lusa, 2007, p.29). A falta de uma agência de notícias em Portugal significava que, até metade do século XX, os portugueses tinham uma visão do mundo maioritariamente formada pelo Estado e pelas agências internacionais.

Pelas mãos de Luís Caldeira Lupi, correspondente da Reuters e da Associated Press (AP), em Portugal, e sob o apadrinhamento de Marcello Caetano, às 15 horas e 30 minutos do dia 30 de dezembro de 1944 foi criada a primeira agência de notícias de Portugal, a Agência Noticiosa Lusitânia, popularmente conhecida somente como Lusitânia. Esta lacuna poderia ser justificada por diversos fatores como a “inexistência de um verdadeiro mercado noticioso no país”, “o atraso crónico com que Portugal se debatia, desde o século XIX, traduzido na dificuldade em absorver as novidades e os avanços produzidos por uma Europa globalmente mais avançada e o facto de Portugal estar condicionado politicamente, desde 1926, por uma ditadura que regia os destinos do país e que fazia da censura e da falta de liberdade de imprensa duas das suas principais armas” (Lusa, 2007, p.57).

Desta forma, esta agência nunca conseguiu encontrar um meio termo entre o carácter informativo e o propagandístico. Esta oscilação ficou evidente no Livro de Estilo da Lusitânia, no qual se declararam como uma agência “não oficial, oficiosa ou comercial” e que

garantiam “um serviço noticioso que seja absolutamente objectivo, factual e livre de desmentidos”. No entanto, nesse mesmo livro, lia-se que “devem ser evitadas notícias que possam merecer controvérsia, provocar confusão no espírito dos leitores”, apelando aos seus jornalistas que existisse uma atenção aos “interesses sagrados da Pátria e do bom nome e dignidade nacionais” (Lusa, 2007, p.68).

Entre o nascimento da primeira agência de informação mundial e a criação da primeira agência portuguesa, houve um hiato de mais de um século. No entanto, apenas três anos após a fundação da Lusitânia, surgiu uma segunda agência de informação em Portugal. Em 1947, é fundada uma outra agência, a ANI- Agência Noticiosa de Informação. Em 1974, no fim do Estado Novo, uma consequência da Revolução de 25 de Abril, a agência Lusitânia é abolida e sucede-se a nacionalização da ANI com um novo nome: ANOP - Agência Noticiosa Portuguesa. No entanto, devido a uma série de problemas, maioritariamente financeiros, o governo decidiu fechar a empresa no ano de 1982 e apoiou a criação de uma outra agência, agora privada, a NP - Notícias de Portugal (Mar, 2015). Apesar do desejo do governo de fechar a ANOP, esta decisão é rejeitada pelo Presidente da República e passam agora a existir duas agências de notícias em Portugal, a ANOP e a NP. Quatro anos mais tarde, em 1986, as duas agências são finalmente encerradas e foi neste cenário que ocorreu a criação da Agência Lusa. Assim, e desde então, a Lusa é a única agência de notícias a atuar atualmente em Portugal.

A 1 de janeiro de 1987, Portugal voltou a contar, oficialmente, apenas com uma agência noticiosa nacional. Às zero horas desse dia, a Agência Lusa de Informação, fundada pelo Estado português e pela NP - Notícias de Portugal, iniciou a sua atividade noticiosa, anunciando a todos os seus clientes que, a partir daquela data, “(...) cabe à Lusa a responsabilidade de elaborar e de distribuir um serviço noticioso nacional e internacional à rede geral de utentes da ANOP e da NP” (Lusa, 2007, p.190). A Lusa abriu o seu serviço durante uma época de instabilidade ao iniciar atividades sem uma sede própria. O serviço informativo era produzido em simultâneo nas instalações da ANOP e da NP. Deste modo, foram necessários cerca de 40 anos para chegarmos à criação da Lusa como a conhecemos hoje. Fundada a 28 de novembro de 1986, é uma empresa de comunicação independente, mas predominantemente administrada pelo Estado português.

Esta agência fornece cobertura jornalística para diversos veículos de comunicação em Portugal e em comunidades portuguesas ao redor do mundo. Atua como uma fonte

importante de notícias para jornais, rádios, canais de televisão e outros meios de comunicação em língua portuguesa: “os cibermeios dependem, em grande medida, do trabalho produzido pela Agência Lusa” (Mar, 2015). As áreas de abrangência incluem política, economia, cultura, desporto, ciência e notícias do âmbito internacional. A agência Lusa tem uma relevante presença online, disponibilizando o seu conteúdo por meio de um site oficial, onde os usuários podem aceder às notícias, fotografias e vídeos.

A análise de conteúdo realizada por Diana Mar (2015) verificou que mais de metade da amostra provém da Agência Lusa. Ou seja, mais de metade dos *sites* noticiosos utilizam notícias ou informação proveniente desta agência, transcrevendo o conteúdo, numa parte ou na totalidade, incluindo os erros ortográficos. A Agência Lusa possui no fluxo informativo em Portugal uma influência inegável e carrega uma responsabilidade significativa de garantir a qualidade da informação analisada e transmitida dentro da instituição.

Por ser a única agência a atuar nacionalmente, a empresa é reconhecida pela qualidade do seu trabalho jornalístico. A 24 de setembro de 2010, a instituição ganhou o “Prémio de Excelência e Qualidade de Trabalho 2010”, atribuído pela EANA – European Alliance of News Agencies. Este prémio reconhece o trabalho de modernização e de inovação da Lusa na convergência de noticiário multimédia em múltiplas plataformas com significativa redução de custos. Ainda na celebração do décimo aniversário da restauração da independência da República Democrática de Timor-Leste, a Agência Lusa foi condecorada com a Ordem de Timor-Leste, atribuída pelo desempenho profissional em prol da causa timorense, durante o período da ocupação, mas também por todas as ações de cooperação desde a Restauração da Independência⁵.

Como identificou Jorge Pedro Sousa (1997), um dos problemas da Agência Lusa é, no entanto, “a sua excessiva dependência face ao Estado, de onde pode decorrer alguma governamentalização e alguma instabilidade, quer ao nível da Administração quer ao nível da Direcção de Informação”.

⁵ Informação disponível no site da Lusa

2.2 A Lusa como agência de notícias

“A Lusa é a maior agência de notícias de língua portuguesa no mundo”⁶. Essa é a frase que se lê no topo do *site* da empresa. Operando de forma ininterrupta, a Lusa funciona 24 sobre 24 horas, 365 dias por ano. O compromisso, dedicação e profissionalismo desses jornalistas permitem que a Lusa mantenha um certo nível de distinção e primazia para garantir uma cobertura e produção de notícias de relevância. Ainda que, muitas vezes, estes jornalistas possam não ser reconhecidos. O formador da Escola Lusa, João Pedro Fonseca, reforçou no primeiro dia da semana de formação que, no jornalismo de agência, não existe ‘fama’ associada ao jornalismo: “Em agência, o jornalismo é anónimo, nós não somos a cara da notícia, nós arranjamos uma cara e um rosto para a notícia.”⁷

A direção de informação da Lusa é liderada por Luísa Meireles e tem como diretores adjuntos Maria de Deus Rodrigues e Nuno Simas, bem como Sónia Jorge, no Secretariado.

O Estado é detentor de 95,86% do capital da agência noticiosa portuguesa, com participações minoritárias da NP - Notícias de Portugal (2,72%), PÚBLICO-Comunicação Social, S.A. (1,38%), Rádio e Televisão de Portugal (RTP) (0,03%), O Primeiro de Janeiro, SA e Empresa do Diário do Minho, Lda, cada um 0,01%

A onipresença da Lusa é justificada pela rede completa e complexa de trabalhadores. Cada membro da Agência Lusa dispõe de uma importante e específica função para assegurar a cobertura. Os, aproximadamente, 300 jornalistas que integram as redações são a chave para um jornalismo rápido e eficaz. Uma redação jornalística atua como o coração do universo informativo. É nesse lugar onde são feitas as mais importantes decisões editoriais.

Em Portugal, existem duas delegações: em Lisboa, onde está localizada a sede, e no Porto. Mas a Agência Lusa opera à volta do mundo: “Agência Lusa, o mundo todo em português”⁸. Sendo os correspondentes internacionais uma outra chave do *puzzle* jornalístico, “a existência de delegações e correspondentes da Lusa no exterior é uma afirmação da identidade e da presença portuguesa nesses países”⁹. Para além de cobrir geograficamente todo o país, a rede da Lusa de correspondentes está presente em 29 países do mundo. Sendo

⁶ Informação disponível no site da Lusa

⁷ Vídeo do canal do Youtube da Agência Lusa: “Estamos onde a notícia acontece!”

⁸ Vídeo do canal do Youtube da Agência Lusa: “Estamos onde a notícia acontece!”

⁹ Vídeo do canal do Youtube da Agência Lusa: “Estamos onde a notícia acontece!”

um dos lemas da empresa “estamos onde a notícia acontece!”¹⁰. Enquanto maior agência de notícias de língua portuguesa, a Lusa mantém uma rede abrangente de delegações tanto em Portugal como no estrangeiro. Estas delegações possibilitam que exista uma cobertura de notícias a nível nacional e internacional, permitindo uma coleta e distribuição de informações completa e abrangente, facilitando a troca de informações e diálogo com as delegações e fontes. A rede internacional da Lusa espalha-se entre os seguintes territórios: Bélgica, Espanha, Alemanha, Reino Unido, França, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Timor-Leste, Macau, China, Brasil, Venezuela, Estados Unidos, Canadá e Austrália.

Coloca-se em evidência a importância da ligação entre a Agência Lusa e os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). A Lusa destaca-se, no cenário mediático português, pela particularidade de ser o único órgão de comunicação nacional a ter uma editoria dedicada à Lusofonia e África. Como uma empresa maioritariamente de domínio público, este foco reflete tanto a missão da Lusa como serviço público, ao fazer a ponte entre Portugal e os PALOP. Assim, a Lusa deve cumprir determinadas exigências presentes no contrato de Serviço Público. Noticiar eventos relacionados aos PALOP é uma das obrigações a cumprir que, por exemplo, os outros órgãos de comunicação não tem que realizar: “... assegurar uma efetiva cobertura informativa nacional, regional e local da realidade nacional, bem como dos acontecimentos relacionados com a União Europeia, com os países de Língua Oficial Portuguesa e com as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, mantendo, para tal, nesses locais, delegações, representações ou correspondentes” (Lusa, 2007, p. 221). O Serviço Público é um contrato que a Lusa assinou com o Estado, em que “a Lusa compromete-se a facultar ao Estado "toda a informação relevante para a verificação do cumprimento do serviço noticioso e informativo de interesse público e para a respectiva prestação de contas", nomeadamente, “um relatório anual das atividades relativas à prestação do serviço de interesse público do exercício anterior. com identificação dos custos efetivos das obrigações com o serviço de interesse público, bem como dos proveitos efetivos obtidos”¹¹.

¹⁰ Vídeo do canal do Youtube da Agência Lusa: “Estamos onde a notícia acontece!”

¹¹ Relatório Anual sobre desempenho do Serviço Público 2023

2.2.1. Semana de formação

Antes de sermos integrados numa editoria, os estagiários frequentam uma ação de formação na primeira semana de estágio. A semana de 19 a 23 de fevereiro foi dedicada ao Curso de Jornalismo de Agência Inicial, de 32 horas, certificado pela Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT). Sendo que o jornalismo de agência tem características específicas a serem seguidas, para além de ser uma semana de integração dos estagiários na empresa, é nesta etapa que os estagiários se familiarizam com as normas e práticas de trabalho da Lusa como agência de notícias. Este curso é integrado na Escola Lusa, o polo de formação da agência, reconhecido como escola de formação profissional em Jornalismo e Multimédia, que é ministrado por formadores certificados.

Foi durante este período que aprendemos sobre o *software* utilizado pelos jornalistas da Lusa, o LunaWeb e ficámos a conhecer as regras fundamentais que orientam a escrita jornalística na agência. Sendo a rapidez informativa, a simplicidade e a rigidez atributos da empresa, os títulos das notícias devem ter 80 caracteres e o lead deve rondar as 35 palavras. Seguindo as normas da clareza, o formador João Pedro Fonseca sempre reforçou que devemos economizar as palavras na escrita, como se “cada uma destas custasse 10 euros do nosso bolso”, um lema que é passado de geração em geração a novatos na Lusa: menos é melhor.

Ao longo da semana, familiarizamo-nos com alguns jornalistas da casa, através de diferentes exercícios práticos, módulos e palestras sobre variados assuntos como o Jornalismo internacional, o Parlamento Europeu e a Ética e Deontologia no Jornalismo. Através dessas atividades, ficámos já a conhecer alguns editores das editorias da Agência Lusa. Mas foi no quinto e último dia que, efetivamente, conhecemos todos os chefes das editorias, que nos falaram um pouco sobre cada área específica e ajudaram-nos com eventuais dúvidas sobre qual secção escolher.

2.2.2. Diário de Estágio

O plano de estudos do Mestrado em Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social oferece aos alunos a escolha entre a realização de um relatório de estágio, baseado

num estágio curricular (a escolher de entre uma lista de parcerias entre a Escola Superior de Comunicação e os órgãos de comunicação), a elaboração de uma tese ou de um projeto, durante o segundo ano do curso. Optou-se pela primeira escolha, uma vez que era importante experienciar a atmosfera de uma redação e ganhar experiência no meio jornalístico, antes de ir para o mercado de trabalho. Apesar de a Lusa não ter sido a minha primeira opção de estágio, encontrei em Benfica uma verdadeira escola de jornalismo, confirmando o que havia sido dito pela maioria dos meus professores, ao longo do curso.

O que mais foi dito, tanto pelos professores da Escola Superior de Comunicação Social, como pelas orientadoras, assim como pelo formador da Escola Lusa, João Pedro Fonseca, foi: “aproveita o estágio ao máximo”. Ao sermos encorajados a participar ativamente no organismo vivo que é a redação jornalística, podendo propor ideias e sugestões, entendi que o estágio depende da proatividade individual e o quanto cada estagiário está disposto a envolver-se e a investir neste mundo.

Sendo a temática do meu relatório relacionado com a cobertura mediática de imigrantes nos *media* portuguesas, escolhi integrar a editoria de Lusofonia e África. Esta seção é responsável por fazer a cobertura noticiosa de países do continente africano, assim como temáticas relacionadas com países e territórios de expressão portuguesa como Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, entre outras comunidades espalhadas pelo globo. Decidi aproximar-me e ter contacto mais com esta editoria devido a grande parte dos imigrantes em Portugal serem de origem Lusófona e oriundos do continente africano.

2.2.3. A experiência de estágio curricular na Lusa

O primeiro dia de estágio a integrar uma editoria foi no dia 26 de fevereiro, que calhou a uma segunda-feira, um dos dias de teletrabalho na Lusa, e consistiu em conversar com a chefe da editoria, Vera Magarreiro e com as orientadoras de estágio para perceber como funcionava na prática o serviço da Lusa. A semana de trabalho era dividida em cinco dias, sendo três dias presentes na redação, às terças, quartas e quinta-feiras, e dois dias em teletrabalho, às segundas e sextas-feiras, como definido pela Lusa, seguindo um horário

consistente. Uma das finalidades de um estagiário na Agência Lusa é que este consiga simular, ao máximo, o dia de trabalho e a rotina de um jornalista profissional.

Durante os dias presenciais, a jornada de trabalho iniciava-se às 12h e concluía às 18h. Já nos dias de trabalho remoto, o meu horário alterava-se ligeiramente, entrando às 12h e terminando às 19h. A primeira tarefa a ser realizada assim que se começa o trabalho diário é ler o serviço. Esta etapa é necessária para o jornalista se atualizar e se contextualizar sobre as pautas diárias. Ao escrever uma notícia, esta pode ser redigida a partir do zero, de raiz, ou pode vir de um comunicado de uma outra agência internacional. Após a conclusão da escrita da notícia, os jornalistas devem preencher os metadados, ou seja, as informações editoriais da notícia: preencher em que país e território os eventos da notícia se sucederam, identificar de qual fonte veio a informação noticiada, e preencher as palavras-chave e temáticas da peça. De seguida, os jornalistas, através da plataforma LunaWeb, enviam a notícia para o ‘desk’ da editoria, para depois ser publicada pelo chefe da editoria.

Nas primeiras duas semanas, de dia 26 de fevereiro até o dia 11 de março, todos os dias, fazia, exclusivamente, exercícios de escrita baseados em comunicados e notícias vindas de agências internacionais, as quais enviava a um responsável para receber comentários relativamente aos meus textos. Estes primeiros dias de treino foram verdadeiramente cruciais para perceber e dominar, ainda que de forma superficial, o tipo de trabalho realizado na Lusa. A arte da objetividade e simplicidade aprimoraram a escrita e construção de texto de uma forma que nunca imaginei. Contrariamente ao que se pode achar, a escrita mais concisa e o uso de uma linguagem mais simples tornaram-se, inicialmente, mais difíceis do que produzir um texto de maior dimensão e mais complexo.

Na maior parte do tempo de estágio, quem foi responsável por ler os meus trabalhos foi a orientadora de estágio, uma figura central nesta experiência. A jornalista Maria de Lourdes Lopes, carinhosamente apelidada de Milu pela redação, acompanhou-me durante os três meses de estágio. Ao conversar com a Vera Magarreiro, oficializei a minha integração na editoria de Lusofonia e África e, de seguida, fui colocada no grupo de Whatsapp da editoria, através do qual é facilitado o contacto com outros jornalistas que estejam a trabalhar tanto na redação, tanto em serviço, como em outra localização, remotamente. Esta ferramenta permitia a troca de informação de forma mais ágil e incentivava a discussão de ideias, resultando num trabalho com mais qualidade.

Sendo a comunicação algo intrínseco a esta editoria, são realizadas reuniões mensais para avaliar a situação individual do trabalho de cada jornalista, discutir ideias e planear as

atividades do mês seguinte. Durante essas reuniões, ainda que como estagiária, fui encorajada a participar ativamente, com qualquer sugestão, observação e comentários sobre a minha experiência, contribuindo para a criação de um ambiente dinâmico e colaborativo. Esta prática em equipa não só melhora a dinâmica entre os membros da editoria, promovendo a troca de informações e ideias, mas aprimora os padrões jornalísticos da empresa e a coesão do trabalho produzido, assegurando que o conteúdo produzido por esta secção seja relevante, preciso e de qualidade. A participação nestas reuniões permite alinhar os objetivos individuais de cada jornalista com os objetivos gerais dos jornalistas da editoria de Lusofonia e África.

Chegado o dia 11 de março, tive o prazer de colocar a minha primeira notícia na linha da Lusa. Uma vez que estava em regime de estágio, nunca poderia publicar uma notícia no serviço da Lusa sem ser assinada juntamente com as iniciais do jornalista que supervisionou o meu trabalho. Desta forma, deveria “ficar claro para os clientes da Lusa que a inicial Z (colocada a meio das iniciais atribuídas aos estagiários) corresponde a alguém em processo de formação”¹². Assim, no fim das minhas peças, identificava-me com a sigla “LUZF”, a letra “Z” indicando o meu estatuto de estagiária e as letras “L”, “U”, e “F”, fazendo referência ao meu nome, Luiza Felipe. Frequentemente, as minhas peças eram revistas e coassinadas pelos jornalistas João Carreira, Vera Magarreiro e Ana Paula Pires, ou pela orientadora de estágio Maria de Lourdes Lopes. Ao fim de 88 dias de estágio, publiquei um total de 60 notícias no serviço da Lusa.

Durante os três meses de estágio, tive a oportunidade de explorar também um outro tipo de notícia, para além das habituais peças diárias: os 6/7. Trata-se de uma notícia jornalística que é publicada entre as 06:00 e as 07:00 da manhã e apresenta a informação mais importante de um assunto que vai decorrer naquele determinado dia. As notícias 6/7 são maioritariamente utilizadas pelas rádios e pelas televisões, nos noticiários da manhã.

No dia 22 de março, fui pela primeira vez acompanhar o jornalista Eduardo Lobão em serviço de reportagem, experiência esta que me ajudou a perceber de forma mais profunda como funciona a dinâmica de um jornalista quando “vai para a rua”. O evento “Fórum das Políticas Públicas”, organizado anualmente pelo ISCTE, este ano associou-se às comemorações dos 50 anos do 25 de Abril. Enquanto o jornalista escreveria a notícia que eventualmente saiu na linha da Lusa, o meu papel neste serviço foi escrever uma peça como forma de treinar a escrita, que mais tarde foi revista pela orientadora. Antes do evento,

¹² Informação disponível no site da Escola Lusa

observei as preparações necessárias para ser feita a cobertura jornalística: a pesquisa prévia sobre o painel, o evento e os respectivos convidados, bem como a organização e a preparação *a priori* do material de gravação. Quando o evento conclui não significa que o trabalho do jornalista tenha sido findado também. Na volta à redação, ouve-se as gravações, organizam-se as notas tiradas, agarra-se no ângulo escolhido e inicia-se o processo de escrita. O jornalista Eduardo Lobão deixou claro a importância da escolha de um ângulo para a peça, algo crucial para manter a clareza e a objetividade do tema, mesmo em meio de um debate com a presença de diferentes convidados com opiniões divergentes. Esta experiência foi fulcral para compreender todo o processo que acontece quando um jornalista está em serviço, desde a preparação, passando pela presença do profissional em campo até à publicação da notícia.

2.2.4. Greve geral dos jornalistas

“Vocês estão a fazer estágio num momento histórico do Jornalismo. Há muitos anos que não acontecia uma greve como a do passado dia 14”, alertou o formador da Escola Lusa, João Pedro Fonseca. A 14 de março de 2024 ocorreu a primeira greve geral de jornalistas em mais de 40 anos. Esta greve obteve uma adesão em massa: “As redações de 64 órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais ficaram totalmente paralisadas e registaram-se sérios constrangimentos noutras dezenas”¹³. Entre esses órgãos de comunicação, a Agência Lusa fechou a linha noticiosa durante 24 horas. Para além da forte adesão à greve, os jornalistas saíram à rua e concentraram-se em cidades como Lisboa (cerca de 700 pessoas), Porto (200), Ponta Delgada (70), Coimbra (65), Faro (30), Viseu e Évora para reivindicar os seus direitos. Os profissionais do jornalismo exigiram melhorias como “a justa remuneração de quem cumpre o estágio obrigatório para o acesso à profissão”; “a remuneração por horas extraordinárias, trabalho noturno e em fins de semana e feriados”; “a intervenção do Estado na garantia da sustentabilidade financeira do jornalismo; e “aumentos salariais em 2024 superiores à inflação acumulada desde 2022 e a melhoria substancial da remuneração dos freelancers”¹⁴.

Considero o dia 14 de março de 2024 um dia histórico do jornalismo em Portugal. Estar em formação e poder testemunhar em primeira mão uma greve geral de jornalistas pela

¹³ Informação disponível no site do Sindicato dos Jornalistas

¹⁴ Informação disponível no site do Sindicato dos Jornalistas

primeira vez em mais de quatro décadas foi altamente significativo para mim, enquanto futura jornalista. Esta mobilização pela parte dos profissionais suscitou uma reflexão sobre o que significa ser jornalista e quais são os desafios diariamente enfrentados na profissão. Pela quantidade de jornalistas que saíram à rua percebi que é uma profissão que está em constante evolução, mas, também em constante luta. Jornalistas veteranos e jornalistas de início de carreira a marcharem lado a lado significa que a luta por condições mais dignas e por uma prática mais justa não são reivindicações de agora. Assim, cabe às novas gerações continuar esta luta. A greve dos jornalistas não se tratou apenas de uma luta salarial, mas também de um apelo pelo respeito ao papel que o jornalismo desempenha na sociedade.

2.2.5. Seminário sobre Violência Sexual e Media

Durante a semana de formação, os estagiários, juntamente com os jornalistas da Lusa, tiveram a oportunidade de participar no *workshop* “Escrever Sobre Violência Sexual”, que teve lugar Espaço Noémia de Sousa, na sede da Agência Lusa em Lisboa. Esta iniciativa foi ainda estendida a todos os jornalistas e correspondentes que quisessem juntar-se remotamente. A Lusa desempenha um papel fundamental não apenas na informação, mas também na formação da opinião pública, já que grande parte da informação divulgada pela comunicação social portuguesa tem origem na Lusa: “A agência Lusa é isso, é trabalharmos para os outros aproveitarem o nosso trabalho”¹⁵. Desta forma, o coordenador João Pedro Fonseca explicou esta necessidade da extensão da participação na palestra ao justificar que, muitas vezes, a Lusa é o primeiro órgão a escrever sobre casos locais de violência sexual, sendo que a empresa faz “religiosamente” rondas pelas polícias em todo o país. Quando a Lusa comete um erro, esta gralha pode ser repetida por outros jornais, sendo fundamental que no primeiro momento informativo as pessoas saibam que há muitos cuidados a ter ao escrever sobre esta temática. Estando o jornalismo associado à imensa pressão da rapidez, de noticiar antes dos outros, apela-se a existir estes momentos de reflexão, daí ter destacado este momento marcante pela minha passagem pela Lusa.

¹⁵ Vídeo do canal do Youtube da Agência Lusa: “Estamos onde a notícia acontece!”

2.2.6. Trabalho no Parlamento Europeu

Todos os anos, a Lusa oferece a oportunidade a dois estagiários de visitarem o Parlamento Europeu. Esta visita tem como objetivo principal ficar a conhecer este órgão legislativo da União Europeia e, ao mesmo tempo, que os estagiários assistam e colaborem na cobertura jornalística de uma sessão plenária. O processo seletivo consistiu na escrita de uma carta de motivação na qual nos foi solicitado que explicássemos o porquê da visita ao Parlamento ser produtiva em termos de aprendizagem e de eventual elaboração de notícias ou realização de entrevistas. Para além da carta, as considerações e *feedback* dos editores sobre o desempenho de cada estagiário foram fatores que tiveram peso na decisão assumida pela direção da Lusa. A partir desse procedimento, fui escolhida para visitar o Parlamento, durante a última sessão plenária da 9ª Legislatura do Parlamento Europeu, antes das Eleições Europeias a 9 de junho de 2024, juntamente com uma outra colega estagiária da redação do Porto. A viagem decorreu entre os dias 22 a 25 de abril e fomos acompanhadas pelo jornalista André Campos, correspondente da Lusa em Itália. A presença de um jornalista experiente como o foi crucial para nossa orientação e aprendizagem durante esta visita. Para facilitar a comunicação e organização de agendas, fomos adicionadas a um grupo no Whatsapp com outros jornalistas de outros órgãos de comunicação portugueses e com a conselheira de imprensa do Parlamento Europeu. Estando presente no epicentro das decisões europeias, pude assistir a debates, votações, conferências de imprensa e acompanhar de perto a rotina de dos jornalistas responsáveis pela cobertura política do Parlamento Europeu. Assim, esta experiência foi crucial para vivenciar diretamente o ambiente das decisões europeias como forma de enriquecer a minha formação como jornalista. Ser uma das escolhidas para integrar esta viagem foi uma honra e senti-me reconhecida pelo meu empenho e dedicação ao trabalho desenvolvido durante o estágio. Considero que foi verdadeiramente uma das oportunidades mais enriquecedoras e gratificantes durante estes três meses.

CAPÍTULO III

As representações mediáticas dos imigrantes na Agência Lusa

3.1. Objetivos gerais, objetivos específicos e pertinência do estudo

O presente relatório tem como principal objetivo apresentar uma análise da cobertura da Agência Lusa em relação aos imigrantes em Portugal. O tema da migração tem se tornado cada vez mais relevante nos dias atuais, refletindo e mudando as dinâmicas complexas e as interações entre diferentes culturas, identidades e sociedades. Nesse contexto, a presença significativa de imigrantes em Portugal representa um fenómeno de grande interesse, apresentando desafios e oportunidades únicas, tanto para a comunidade portuguesa, quanto para a comunidade de imigrantes em Portugal. O presente relatório pretende refletir o processo de aprendizagem decorrente da condição de estagiário e as práticas e rotinas da agência noticiosa, sobretudo, dentro das secções de Lusofonia.

Ao longo do relatório, serão analisados diversos géneros jornalísticos em peças relacionadas com imigrantes e imigração, com o intuito de identificar padrões, tendências e possíveis vieses na cobertura da Agência Lusa. Além disso, será examinado o impacto que esta cobertura pode ter na perceção pública, destacando a importância do papel dos *media* na formação de opiniões e atitudes em relação à migração. Enfim, perceber qual é o espaço noticioso que os imigrantes ocupam em Portugal.

Diante do contexto atual marcado por desafios atípicos, como a crise migratória e os impactos sociais associados, torna-se essencial analisar a representação dos imigrantes em Portugal, à luz desta nova realidade. Esta situação inédita enriquece as investigações ao proporcionar uma oportunidade única para estudar e compreender as dinâmicas de inclusão e os desafios enfrentados pelos imigrantes neste país.

Este relatório pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada do modo como a Agência Lusa aborda o tema da imigração em Portugal, oferecendo uma visão crítica que possa incentivar discussões sobre a representação mediática e a influência dos *media* na construção de narrativas sobre a diversidade cultural em uma sociedade globalizada.

3.2. Metodologia

O objetivo principal desta investigação está associado à pergunta de partida “Como se processa a cobertura mediática dos imigrantes na Agência Lusa?”. É a partir desta questão que este estudo é conduzido. No entanto, a partir da pergunta inicial, surgiram outras perguntas secundárias, às quais se pretende responder e que são consideradas importantes para chegar à grande questão:

- 1) De que forma a agência Lusa aborda os estereótipos associados aos imigrantes nas notícias?
- 2) Como é que eventos externos, como mudanças nas políticas de imigração ou eventos económicos e políticos, afetam a frequência das notícias sobre imigrantes?
- 3) Existem diferenças significativas na representação de imigrantes em diferentes editoriais da Lusa (por exemplo, notícias de Economia vs. Cultura)?
- 4) Por ser um jornalismo que segue à risca os princípios normativos da profissão, consegue ser inclusivo?

Para responder a estas questões, optámos por uma metodologia mista: quantitativa e qualitativa sustentada em entrevistas e na observação participante, que teve inevitavelmente lugar durante os meses de estágio. Segundo Creswell, os procedimentos de métodos mistos simultâneos são aqueles em que o investigador converge ou funde dados quantitativos e qualitativos, de modo a fornecer uma análise abrangente do problema de investigação (2013, p.31). Assim, “o investigador recolhe as duas formas de dados ao mesmo tempo e integra depois a informação na interpretação dos resultados globais” (*Idem, ibidem*). De acordo com Bardin, na obra *Análise de Conteúdo*, “a abordagem quantitativa funda-se na frequência de aparição de certos elementos da mensagem” (1977, p.114). Por outro lado, “a abordagem não quantitativa, recorre a indicadores não frequenciais susceptíveis de permitir inferências; por exemplo, a presença (ou a ausência), pode constituir um índice tanto (ou mais) frutífero que a frequência de aparição” (*Idem, ibidem*).

Para realizar esta investigação foi desenhada uma estratégia metodológica baseada na análise de conteúdo através de pesquisa documental (revisão da literatura e análise de notícias produzidas pela Lusa) e não documental (observação participante durante o estágio e realização de três entrevistas exploratórias).

3.2.1. Pesquisa documental

Foi através da leitura e análise crítica da literatura sobre as temáticas em estudo que foi possível realizar uma revisão da literatura. Este processo resultou num capítulo intitulado estado da arte, o primeiro capítulo deste relatório, que serve como um pilar teórico para a investigação que irá aqui ser apresentada. A pesquisa documental enquanto técnica metodológica foi também utilizada em diferentes momentos da escrita do Capítulo II, que é dedicado à apresentação da Lusa como empresa e ao Diário de Estágio. Através da obra *Agências de Notícias de Portugal*, de autoria da Agência Lusa, tornou-se possível o relato da história da instituição com um maior detalhe e clareza. Foi também através de fontes como o site oficial da Lusa que foram incluídas especificidades credíveis relativamente ao funcionamento e regras da agência noticiosa.

A análise do conteúdo está também inserida nesta etapa de pesquisa. Foram analisadas as notícias publicadas no serviço da Lusa de 26 de fevereiro até o dia 17 de maio de 2024, totalizando 204 notícias tomadas em consideração para a análise. A recolha de dados foi iniciada pelas pesquisas no arquivo da Lusa com as palavras “imigrantes”, “imigrante” e “imigração”. O tempo de análise equivale aos três meses de estágio realizados na Agência Lusa, excluindo as notícias que foram publicadas durante a semana de formação. Escolhi este período, que pode ser considerado extenso, justamente para poder ter uma ideia justa e clara de como são retratados os imigrantes na Agência Lusa, durante um período estendido de tempo, enquanto se passavam diversos episódios e debates sobre a imigração em Portugal. Assim, o *corpus* de análise da investigação em evidência compreende todas as peças jornalísticas sobre imigrantes e migração em Portugal, durante um período de três meses. No total, foram recolhidas 204 peças jornalísticas retiradas do serviço da Agência Lusa. Sendo consideradas para análise todas as peças que incluíssem a temática da imigração. Seguindo os princípios de Bardin, “a categorização do *corpus* é uma operação de classificação de

elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (1977, p.117).

As peças recolhidas foram estruturadas numa grelha de análise, desenvolvida através do Microsoft Excel, com nove variáveis qualitativas: Mês; Dia da semana; Comprimento da notícia; Género; Editoria; Proveniência; Fonte; Temas; e Nacionalidade. Assim, “as categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (*Idem, ibidem*). Mais à frente, cada um destes parâmetros vai ser explicado individualmente. Após a recolha e organização do *corpus*, foram analisadas as notícias e discutidos os resultados obtidos.

3.2.2. Pesquisa não documental

A pesquisa não documental baseou-se no processo de observação participante durante o estágio, permitindo-me compreender, a um nível intrínseco, a organização da Agência Lusa, de forma a captar a raiz dos seus valores e princípios como uma empresa de cariz noticioso e tirando conclusões acerca do tema que nos orienta ao longo deste trabalho. Assumir o papel de estagiária foi uma oportunidade altamente benéfica para o crescimento como profissional da área, mas também para a elaboração deste estudo, que permitiu que a experiência empírica de contacto com uma redação tornasse possível a perceção e compreensão de certos rituais de produção jornalística. A técnica de recolha de conhecimento só é possível através dessa posição distinta. Destaca-se ainda que o acesso ao arquivo só é possível com credenciais de acesso ao site da Lusa, algo que só clientes, jornalistas da empresa e estagiários tem ao seu dispor.

Segundo Eric Laurier (2010), “como observador participante, é necessário manter notas de campo escritas e/ou notas de vídeo da sua investigação” (2010, p.129). Assim, ao longo dos três meses na Lusa, foi elaborado um diário de estágio, que continha pequenas notas relativamente ao quotidiano na redação, assim como impressões da rotina jornalística e a apresentação das minhas funções como estagiária. Isto facilitou imensamente o processo descrito no subcapítulo onde se insere o Diário de Estágio.

No entanto, segundo Arthur Asa Berger, “a observação dá-nos uma noção do contexto, que muitas vezes ajuda a explicar o que as pessoas fazem. Mas não nos ajuda a entrar no interior

das pessoas para perceber porque é que elas fazem as coisas, o que as motiva e quais os seus problemas e ansiedades” (2000, p.282).

Já num momento mais avançado do estudo, em setembro de 2024, foram realizadas três entrevistas exploratórias a jornalistas da Agência Lusa: Paulo Agostinho¹⁶, Vera Magarreiro¹⁷ e João Pedro Fonseca¹⁸. A realização dessas entrevistas correspondeu ao propósito de recolher dados e impressões, partindo da experiência em primeira mão de cada profissional. Essas entrevistas foram cruciais para contextualizar e aprofundar a presente análise, oferecendo um ângulo intrínseco sobre como são feitos os processos de tomada de decisão, no que diz respeito ao jornalismo de agência. As três entrevistas encontram-se transcritas em anexo.

A entrevista ao jornalista Paulo Agostinho pretende enriquecer a análise focada na representação dos imigrantes, ao trazer uma perspetiva de um profissional com experiência na área. Já foi responsável pelas secções do País e Lusofonia e Internacional, atualmente é editor de Lusofonia, África e Comunidades.

A entrevista à jornalista e chefe da editoria de Lusofonia e África, Vera Magarreiro, pretende perceber a influência da Lusa na cobertura de notícias sobre imigrantes, especificamente oriundos de países de língua portuguesa e/ou provenientes de países do continente africano.

A jornalista iniciou o seu trabalho na Lusa na editoria de País. Após ser convidada pela direção da agência para fazer uma especialização na área de África, integrou a editoria de Lusofonia e África. Desde 2007 assume o cargo de editora adjunta nesta secção.

Finalmente, a entrevista ao jornalista João Pedro Fonseca, atualmente coordenador da Escola Lusa, foi crucial para perceber as decisões editoriais da Agência Lusa por uma perspetiva interna. Foi editor de Sociedade, Ciência e Cidades, no *Diário de Notícias*, editor de País e Política, na agência Lusa. Por dez anos, assumiu a função de chefe de redação na Lusa e, no presente, coordena o gabinete de Projetos, Inovação e Formação da agência.

As entrevistas a profissionais de diferentes editorias e de distintas posições hierárquicas possibilitaram obter uma visão mais abrangente do *modus operandi* da Lusa. Além disso, os dados recolhidos na análise de conteúdo permitiram questionar cada um destes jornalistas sobre as tendências identificadas ao longo do estudo. As perspetivas individuais de cada

¹⁶ Anexo 1.

¹⁷ Anexo 2.

¹⁸ Anexo 3.

entrevistado enriqueceram a análise, com declarações em relação a cada uma das suas áreas de trabalho e atuação.

Para esta investigação, considerámos que o mais adequado seria aplicar a entrevista semiestruturada, um guião com perguntas fechadas e abertas, onde o foco do investigador é tentar obter informações do entrevistado (Berger, 2000).

3.2.3. Dificuldades na recolha e análise de dados

Existiram alguns entraves, ao longo do processo de recolha e análise do *corpus*. A primeira dificuldade foi entender a quantidade extensa de notícias publicadas sobre imigração, especialmente em momentos de grande cobertura mediática, como o período eleitoral e eventos específicos relacionados a imigrantes, resultando numa publicação em massa de notícias. Ainda que este aspeto tenha representado uma dificuldade, revelou-se também uma mais-valia no processo analítico. A generosa quantidade de notícias analisadas, apesar de ter exigido uma seleção cuidadosa e um trabalho minucioso de categorização, permitiu obter uma visão clara e abrangente sobre a representação mediática dos imigrantes, na Agência Lusa. Um *corpus* desta dimensão representou uma amostra rica e diversificada, e proporcionou dados suficientes para identificar padrões consistentes e formular conclusões mais factuais sobre as tendências da cobertura mediática, como os ângulos narrativos utilizados e as escolhas editoriais aplicadas à imigração. O tamanho do *corpus* exigiu uma escolha cuidadosa para garantir que todas as notícias fossem corretamente organizadas e categorizadas. Foi necessária uma verificação meticulosa para entender que notícias, de facto, tinham a imigração como um tema principal ou secundário e que notícias apenas mencionavam a temática migratória um número reduzido de vezes.

Destaca-se ainda que, inicialmente, a análise estava focada exclusivamente nos imigrantes brasileiros. No entanto, ao reconsiderar os dados recolhidos, percebeu-se que o número de notícias sobre esse grupo era surpreendentemente baixo, se comparado com o número significativo de brasileiros em Portugal. Este obstáculo foi explicado, mais tarde, pelo facto de a Agência Lusa manter um esforço para não identificar a nacionalidade dos imigrantes, a não ser que essa informação seja necessária para o entendimento da notícia.

Assim, decidiu-se ampliar o *corpus* de análise para abranger todos os imigrantes para, desta forma, obter uma visão mais ampla e precisa sobre a cobertura mediática da imigração realizada pela Agência Lusa, no período assinalado.

3.3. Análise do *corpus* e interpretação dos resultados

Através da construção de uma grelha de análise foi possível apresentar as 204 notícias recolhidas, categorizadas em dez variáveis qualitativas. O propósito deste subcapítulo é apresentar e analisar cada variável individualmente. As peças foram numeradas de 1 a 204, na tabela de categorização do *corpus*, apresentada nos Anexos.

Variável 1/ MÊS

A primeira variável refere-se ao período temporal em que as notícias foram publicadas no *site* da Agência Lusa. A partir desta variável, é possível verificar o volume de notícias sobre imigração em cada mês.

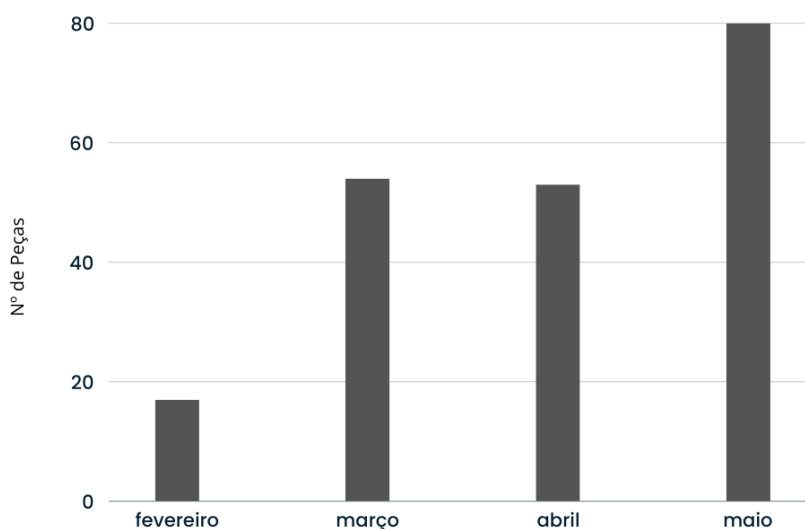


Gráfico 1. Número de notícias publicadas por mês

No mês de fevereiro, ainda que a análise tenha começado no final do mês, de 26 a 29 de fevereiro, podemos observar que foram publicadas 17 notícias relacionadas com imigração e imigrantes. Observa-se aqui os efeitos dos eventos que tomaram lugar nesse período: a campanha para as eleições legislativas do dia 10 de março. Os candidatos percorreram o país em campanha durante duas semanas, começando a 25 de fevereiro e terminando a 8 de março, dois dias antes da data das eleições. Um dos tópicos mais levantados durante as eleições legislativas de 2024 foi o atual cenário da imigração em Portugal. Os partidos políticos apresentaram propostas a nível da emigração e imigração, como a gestão dos sistemas migratórios, políticas de acolhimento e integração, bem como regulamentação e impacto económico da presença de imigrantes no país.

O mês de março foi o primeiro mês de análise analisado na íntegra. Como mencionado anteriormente, março é o mês no qual se realizaram as eleições legislativas em Portugal. Ainda durante este período, os partidos políticos continuaram a campanha eleitoral. De 1 a 31 de março foram contabilizadas 54 notícias relacionadas com a temática da imigração publicadas no serviço da Lusa. No âmbito internacional e não apenas político, observou-se um elevado fluxo de notícias sobre países como Cabo Verde e Estados Unidos, algo que se justifica devido à repercussão dos naufrágios ocorridos nos meses anteriores e, na maioria das notícias, o impacto político da imigração nas leis e política norte-americana. Nos dias 12, 28, 29 e 30 não se registaram quaisquer notícias com a temática da imigração.

O mês de abril registou uma notícia a menos publicada, comparativamente com o mês anterior (53 notícias). Este foi o segundo mês analisado por completo, com 30 dias de peças analisadas, exceto os dias 4, 7, 13, 21, 25, 26 e 27 de abril, em que não foram publicadas notícias sobre este tópico. Durante este período, ocorreram eventos significativos que impactaram a temática da imigração. Em Portugal, especificamente no Porto, tiveram lugar manifestações contra a imigração. O volume elevado de notícias relacionadas com o tema pode ser explicado pelas chamadas "notícias de seguimento", que incluíram reações de várias instituições a essa marcha, bem como a organização de uma contramanifestação antifascista em resposta. Além disso, o surgimento de notícias sobre imigrantes sem-abrigo no bairro dos Anjos, em Lisboa, também contribuiu para o aumento do número de notícias sobre a questão migratória.

Em maio, apesar de o mês não ter sido analisado na totalidade, nos 17 dias em análise, foi o período em que mais foram apresentadas notícias relacionadas com a imigração. De dia

1 até 17 de maio, foram consideradas 80 notícias. Em todos os dias analisados deste mês, foram publicadas notícias no serviço da Lusa relacionadas com imigrantes e imigração. Maio destacou-se como o mês das eleições europeias, realizadas em todo o continente no dia 9 de maio, o que naturalmente trouxe a temática da imigração para o debate público e mediático.

Para além das eleições, no dia 4 de maio, ocorreu um ataque a imigrantes na freguesia do Bonfim, no Porto. O acontecimento fez aumentar a cobertura jornalística sobre as questões de segurança e xenofobia, reforçando a relevância do tema, durante este mês. De forma semelhante ao mês analisado anteriormente, no seguimento deste acontecimento, foram publicadas as reações de figuras e partidos políticos, e de organizações sociais portuguesas.

No dia 6 de maio, foram publicadas dez notícias, todas relacionadas com o ataque aos imigrantes, no Norte do país. De todo o período em análise, este foi o dia em se verificou o maior número de notícias.

Variável 2/ DIA DA SEMANA

A segunda variável de análise contabiliza o número de peças sobre a imigração transmitidas em cada dia, de forma a definir a distribuição das notícias sobre esta temática ao longo da semana. No geral, foram publicadas 28 notícias à segunda-feira; 55 notícias à terça-feira, 36 à quarta-feira; 21 à quinta-feira; 24 notícias à sexta-feira e ao sábado e 16 ao domingo.

DIA DA SEMANA	NÚMERO DE PEÇAS
SEGUNDA-FEIRA	28
TERÇA-FEIRA	55
QUARTA-FEIRA	36
QUINTA-FEIRA	21
SEXTA-FEIRA	24
SÁBADO	24
DOMINGO	16
TOTAL	204

Tabela 1. Número de notícias publicadas por dia da semana

Podemos observar que terça-feira é o dia da semana em que são publicadas o maior número de peças, enquanto o dia com menos publicações é domingo, com 16 peças.

A análise evidencia um padrão de maior intensidade de publicações no início da semana, com um pico na terça-feira, e uma redução progressiva até domingo, que tem o menor número de notícias. Os três entrevistados confirmaram a tendência observada na análise de conteúdo. Segundo o jornalista Paulo Agostinho, “à segunda-feira nunca se passa nada a nível de agenda. Terça, quarta e quinta, as coisas aceleram”. O entrevistado João Pedro Fonseca concorda que as dinâmicas editoriais seguem uma lógica pré-estabelecida,

onde a segunda-feira é, tradicionalmente, um dia fraco por ser uma transição do fim de semana, sem eventos relevantes, o que explica o número baixo de peças ao domingo.

Destaca-se também aqui a questão da agenda, já que é esta que dita o fluxo das notícias publicadas. Durante a semana, as notícias tendem a responder aos eventos que acontecem naquele momento. Por falta de agenda, o fim de semana tem um espaço reservado para conteúdos mais atemporais, cuidadosamente preparados com antecedência pelos editores.

A editora Vera Magarreiro afirma que, na Lusofonia, organiza “histórias de imigrantes, para esses dias, precisamente porque (...) não vão ter uma agenda diária que (...) permita fazer uma cobertura equitativa ao longo da semana”. Em suma, segundo a mesma, “tem a ver com o *timing*”.

Variável 3/ COMPRIMENTO DA NOTÍCIA

Na Lusa, funciona-se com o seguinte princípio: uma ideia iguala a um parágrafo. Sempre que, ao escrever, um jornalista muda de assunto, começa-se um novo parágrafo. A partir desta variável, é possível analisar a profundidade com que a Lusa trata o tema da imigração, revelando o grau de importância atribuído ao tópico. Desta forma, esta variável foi avaliada de acordo com o número de parágrafos. A partir desse número foi decidido que uma notícia Curta seria categorizada como tendo menos de dez parágrafos, uma Média teria entre 11 e 15, e uma notícia Longa com mais de 16 parágrafos. Esta variável serve como um indicador prático da densidade de informações abordadas numa peça.

MÊS/COMPRIMENTO	CURTA	MÉDIA	LONGA
FEVEREIRO	2	8	7
MARÇO	12	30	12
ABRIL	17	27	9
MAIO	11	41	28
TOTAL	42	106	56

Tabela 2. Peças por comprimento da notícia

Conforme observado na Tabela 2, as notícias de comprimento médio prevaleceram na análise, com 106 notícias de 11 a 15 parágrafos, quase o dobro do número de notícias longas, que registraram 56 ocorrências. Enquanto isso, as notícias curtas foram as que menos apareceram nesse período.

A partir desta análise, juntamente com as declarações registradas nas entrevistas semi-exploratórias, percebe-se que a dimensão das notícias não pode ser um fator analisado sem ter em consideração a natureza noticiosa da peça. O comprimento das notícias é um fator importante, especialmente quando se escreve sobre temas complexos como a imigração. No entanto, por um lado, uma notícia mais longa permite que se forneça o contexto e a profundidade necessários para evitar interpretações equivocadas ou a estigmatização. Por

outro, uma notícia curta, segundo Vera Magarreiro, “pode ser muito mais importante do que uma notícia longa. (...) A importância não é diretamente proporcional ao tamanho da notícia. Pode ter três parágrafos de uma medida super importante do governo para a imigração, e isso será a notícia da semana, do mês ou do ano”.

Por fim, é necessário existir um equilíbrio entre a necessidade de notícias curtas e instantâneas, que atendem à demanda imediata dos clientes, e peças mais longas e aprofundadas, que permitem ao leitor obter uma visão mais completa relativamente aos assuntos noticiados.

Variável 4/ GÉNERO

A análise do género jornalístico das notícias permite-nos ter uma visão sobre a abordagem usada, podendo cair sob uma destas três possibilidades: Notícia, com uma vertente mais investigativa, reportagem, ou centrada numa determinada figura (entrevista). Por norma, as notícias têm um aspeto mais detalhista. No entanto, a partir de entrevistas podemos ter um ponto de vista específico num determinado assunto. A reportagem costuma ter um aspeto mais aprofundado e analítico. Assim, esta variável auxilia a perceber como é realizada esta representação mediática, se é associada a uma abordagem mais factual, investigativa ou interpretativa.

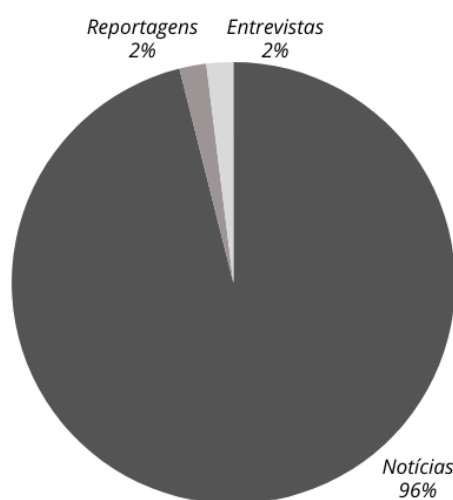


Gráfico 2. Peças por género noticioso

Portanto, pode-se observar no Gráfico 2 que, por uma esmagadora maioria, o tipo de abordagem mais recorrente no serviço da Lusa sobre imigração são as notícias (196 peças). Em comparação, ao longo dos três meses analisados, foram registadas apenas quatro entrevistas e apenas quatro reportagens.

A peça “ENTREVISTA: Eleições: ADN quer Justiça acessível à classe média e “combater imigração ilegal”” foi a primeira a aparecer no alinhamento, a 28 de fevereiro. Na entrevista, que foi publicada durante o período de campanha eleitoral para as eleições legislativas, Bruno Fialho, presidente do partido Alternativa Democrática Nacional (ADN), fala sobre as exigências para a entrada de um imigrante no país.

Uma entrevista aparece pela segunda vez no alinhamento, 71 dias depois. A “Entrevista: “Quem for contra a imigração, é contra o desenvolvimento do país”” foi publicada no serviço da Lusa no dia 9 de maio. Nesta peça, o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Álvaro Mendonça e Moura, considera a importância de contratar imigrantes para trabalhar em Portugal, destacando as medidas propostas pela CAP para facilitar a concessão de habitação a trabalhadores migrantes nas empresas agrícolas.

Contrariamente ao intervalo que foi registado entre a primeira e a segunda entrevista, a terceira entrevista é publicada apenas três dias depois da anterior, a 11 de maio. No contexto das eleições para o Parlamento Europeu, que iriam realizar-se a um mês da publicação da notícia. Na “Entrevista: Europeias: Ativista Farhana Akter quer capacitar mulheres migrantes para votarem”, a Lusa conversou com Farhana Akter sobre o projeto “Agency: vote with her!”. O projeto tem como objetivo aumentar a participação política de mulheres imigrantes no contexto das eleições para o Parlamento Europeu.

Apenas um dia depois e no mesmo contexto político, a peça “Entrevista: Europeias: Frontex deve ser “pragmática” e não “super ONG humanitária”-ex-diretor” é publicada, no dia 12 de maio. O ex-diretor executivo da Frontex, a agência da União Europeia (UE) responsável pelas fronteiras, e candidato da extrema-direita francesa às eleições europeias, defende que os Estados-membros da UE têm direito a protegerem as fronteiras.

Existe um tema comum óbvio entre as entrevistas: a questão migratória. Ainda que com diferentes pontos de vista, todas colocam a imigração como um tema central: regulação da “imigração ilegal”; papel dos imigrantes na economia; participação política das mulheres imigrantes. Cada entrevista inclui figuras importantes nos respetivos campos: Bruno Fialho

(política), Álvaro Mendonça (agricultura), Farhana Akter (ativismo), e o ex-diretor da Frontex (segurança e política europeia).

Os restantes 2%, com o mesmo número registado, correspondem às quatro reportagens identificadas. A primeira reportagem publicada durante o período de análise tem o título de “Eleições: Montenegro deixou Marília a tremer de emoção e brindou "à vitória" em Alcobaça”, a 5 de março. A reportagem retrata uma celebração do presidente do PSD com uma imigrante moradora de Alcobaça durante uma ação de rua da Aliança Democrática (AD).

A segunda reportagem publicada, a 9 de março, é intitulada “Barcos de migrantes desafiam a proteção civil de Cabo Verde”. A reportagem da Lusa aborda o crescente desafio enfrentado por Cabo Verde devido à chegada de embarcações precárias de migrantes que partem da África Ocidental, principalmente rumo à Europa, através das Ilhas Canárias. A reportagem descreve as condições enfrentadas por imigrantes durante estas travessias.

Dois dias depois, é publicada uma reportagem sobre a preocupação dos imigrantes, aqui identificados, na maioria, como egípcios e turcos, na Alemanha sobre como a ascensão da extrema-direita os afetam diretamente: “Reportagem: Europeias: Imigrantes na Alemanha alarmados com subida da extrema-direita”, no dia 11 de maio.

A última reportagem publicada no serviço da Lusa durante o tempo de análise foi no dia 13 de maio. A reportagem “Imigrantes revoltados com ordem para pagar agendamentos para regularização”, retrata a reação dos imigrantes em Portugal relativamente à decisão da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) de pedir o pagamento antecipado dos custos do agendamento para concluir processos de regularização.

Foram publicadas duas reportagens em março e apenas duas no último mês de análise, em maio. Em fevereiro e em abril, não foram publicadas reportagens com a temática da imigração

A discrepância entre géneros jornalísticos pode ser justificada por diversos fatores. “O nosso dia a dia é a notícia”, disse Vera Magarreiro sobre a atividade principal da Lusa, em entrevista em anexo. A notícia é o *core business* da agência. Assim, a produção de notícias é priorizada por conta da demanda dos clientes e da pressão da agenda. Embora os jornalistas reconheçam a importância de escrever e publicar reportagens e entrevistas, e ainda que muitas vezes prefiram realizar esse tipo de trabalho, que requer estar no terreno e permite ao

profissional explorar a criatividade, esses formatos são sacrificados pela necessidade de respostas rápidas e pela falta de recursos face à agenda. Segundo Paulo Agostinho, estes números podem ser explicados também pela “dificuldade de acesso às fontes, para as reportagens e, por outro lado, a visibilidade mediática das pessoas para merecerem serem entrevistadas”, que, segundo o mesmo, “tem que ser pessoas com relevo para poderem falar”. Observa-se aqui também que, conforme observado na Variável 1, o número de reportagens e entrevistas está “refém” da agenda, havendo um maior fluxo noticiosos destes dois géneros jornalísticos em épocas marcadas por eventos políticos, neste caso, as eleições legislativas em Portugal, em março de 2024 e as eleições europeias, em junho de 2024.

Variável 5/ EDITORIA

A quinta variável qualitativa permite compreender em quais contextos os imigrantes são mais frequentemente abordados. A distribuição das notícias por editoria evidencia os enquadramentos temáticos em que os imigrantes são mais vezes inseridos. É possível entender como e quando a imigração é integrada em determinados debates sociais e políticos.

Ainda que as editorias da Lusa sejam: Agenda, Cultura, Desporto, Economia, Fotografia e Multimédia, Lusofonia e África, País, Política, Sociedade, Internacional e Piquete, as editorias Agenda, Desporto e Fotografia e Multimédia não foram consideradas por não apresentarem quaisquer dados que pudessem ser usados para a análise.

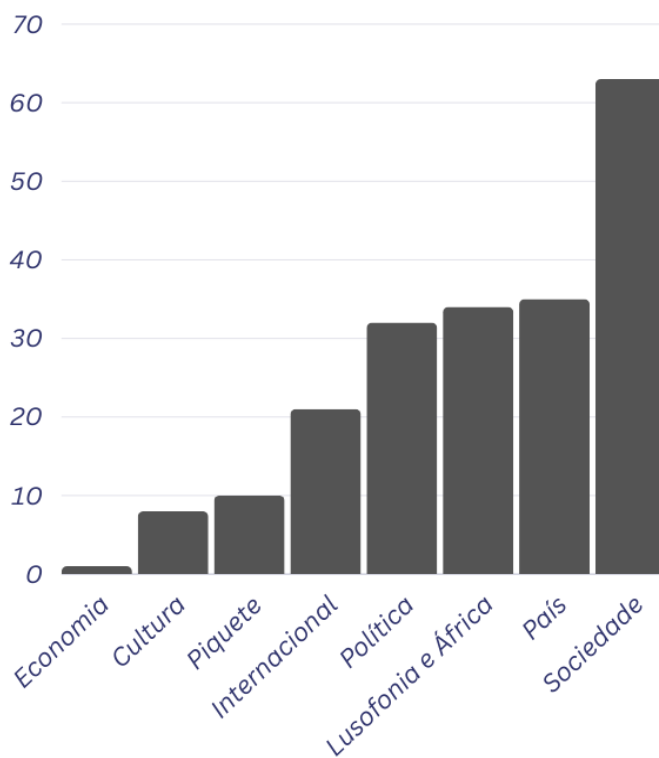


Gráfico 3. Peças por editoria

A partir desta variável, foi possível constatar que a editoria em que mais se produzem notícias sobre a imigração é na Sociedade. Durante três meses, foram publicadas 63 peças nesta secção. Na editoria de Sociedade, os jornalistas trabalham especificamente com a questão da imigração, havendo uma pasta em destaque para esta temática. Essa pasta, dedicada à cobertura de eventos noticiosos relacionados com minorias, tem ampliado a

cobertura, abordando questões de integração e direitos. Em seguida, foram recolhidas 35 notícias nesta área temática provenientes do País. De forma semelhante à editoria de Sociedade, tem-se em conta os impactos regionais dos imigrantes espalhados pelo país. As delegações regionais estão atentas a situações de exploração e outras questões locais, refletindo a realidade das comunidades imigrantes em diferentes regiões de Portugal. Com uma peça a menos contabilizada, a editoria de Lusofonia e África publicou 34 notícias, num espaço de três meses. Este número é facilmente explicado pela dimensão das nacionalidades dos imigrantes. Na Política, o fluxo elevado de notícias vai ser justificado pelo contexto político em que Portugal atravessava durante a janela de análise deste estudo. Trinta e duas notícias com origem na Política estão, mais uma vez, relacionadas com eventos políticos a decorrer no país: a campanha eleitoral para as eleições legislativas e a preparação para as eleições europeias em junho. Ou seja, novamente, a agenda é um fator decisivo no fluxo noticioso. Segundo João Pedro Fonseca, se numa semana é aprovado o Orçamento de Estado, por exemplo, a agenda vai ditar que a maioria das notícias irá ser originada na editoria de Política. Se noutra semana acontecem incêndios florestais, a maioria vai ser proveniente da editoria do País. O mesmo se aplica para a editoria do Internacional, que no intervalo da análise registrou 21 notícias. Provenientes dos Piquetes, vieram dez notícias relacionadas com a imigração. O Piquete funciona como uma editoria, apesar de não ter uma temática associada à mesma. Ou seja, existem vários piquetes: da manhã, da noite, da madrugada, de fim de semana e, também, piquetes de Natal e Ano Novo, que no caso não podem ser aplicados nesta investigação. Como a Lusa funciona 24 sobre 24 horas, 365 dias por ano, tem de existir sempre uma ligação. Neste caso, o número reduzido de notícias nos Piquetes é justificado por um número reduzido de jornalistas a trabalhar. Por exemplo, num fim de semana trabalham cerca de 30 jornalistas, enquanto durante a semana são cerca de 200 jornalistas. Mas também pode ser justificado, mais uma vez, pela agenda. A não ser que haja um evento de grande relevância ao fim de semana, por exemplo, que mereça ser noticiado numa maior escala, o que normalmente não acontece, como observado na Variável 2, as peças provenientes do Piquete serão reduzidas.

As editorias com menos notícias são a de Cultura e Economia, com oito e uma peça recolhidas, respetivamente. A jornalista Vera Magarreiro abordou o carácter interseccional das editorias. A editoria de Lusofonia e África produz muitas peças sobre cultura. No entanto, determinada notícia, por fazer parte da cultura lusófona, pela questão linguística, ocupa um espaço de visibilidade para imigrantes, permitindo que suas experiências e tradições sejam integradas à narrativa cultural do país. Assim, a notícia vai ser publicada na editoria de

Lusofonia e não na de Cultura. O mesmo acontece com a Economia: “A Lusofonia faz, por exemplo, os dados mensais das remessas dos emigrantes e dos imigrantes. É um dos dados do Banco de Portugal que tem sempre tratamento noticioso. Mas que não tem origem necessariamente na Economia porque fazemos na Lusofonia. Porque lá está, faz parte da nossa temática.”

Entre todas as notícias analisadas, a única notícia proveniente da editoria de Economia foi a entrevista, previamente mencionada, intitulada “Quem for contra a imigração, é contra o desenvolvimento do país”, publicada a 9 de maio. Na entrevista ao presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), Álvaro Mendonça e Moura, o entrevistado destaca a importância dos trabalhadores estrangeiros para setores como a agricultura, turismo e construção, que dependem da mão-de-obra estrangeira para sobreviver. Segundo Paulo Agostinho, “esse é um bom retrato daquilo que é a visibilidade mediática dos imigrantes em cada uma das áreas. Ou seja, na boa linguagem marxista, na economia, os imigrantes são trabalhadores do setor mais baixo, não têm sequer acesso aos representantes sindicais, que são portugueses, por isso não representam isso”.

Em suma, segundo o jornalista João Pedro, estes valores mostram que esta diferença entre editorias da Lusa pode variar “de semana para semana”, ou seja, de acordo com o assunto que vai ocupar a agenda num determinado momento.

Variável 6/ PROVENIÊNCIA

MÊS/PROVENIÊNCIA	NACIONAL	INTERNACIONAL
FEVEREIRO	17	0
MARÇO	34	20
ABRIL	31	22
MAIO	66	14
TOTAL	148	56

Tabela 3. Peças por proveniência (internacional/nacional)

Esta variável permite contextualizar geograficamente as peças no período de análise, diferenciando o que é produzido a nível de temas nacionais e internacionais. Na análise apresentada, observou-se que 148 notícias tinham proveniência nacional e 56 peças tinham proveniência internacional. Estes dados demonstram que a cobertura da Lusa é predominantemente voltada para temas de interesse nacional. Enquanto agência de notícias portuguesa, a prioridade da Lusa é desenvolver peças que afetam diretamente a política nacional. A presença da Lusa, com delegações espalhadas pelo país, permite também relatar com uma maior cobertura os acontecimentos regionais e locais relacionados com a imigração. A imigração é um tema significativo e crescente na Europa e, consequentemente, em Portugal. Assim, pode-se justificar o acompanhamento constante de crises migratórias internacionais que afetam diretamente o continente europeu. Como demonstrado nos números recolhidos na análise, a exceção encontra-se em eventos pontuais com uma grande relevância internacional. Na Lusofonia, há um foco específico nas travessias do Mediterrâneo realizadas por migrantes, geralmente oriundos de África em direção à Europa. Estas peças são de origem internacional. Portanto, a variável Proveniência, ao distinguir as peças nacionais e internacionais, permite obter um entendimento explícito das prioridades editoriais e do impacto das políticas internas na abordagem da imigração pela Lusa.

Variável 7/ FONTE

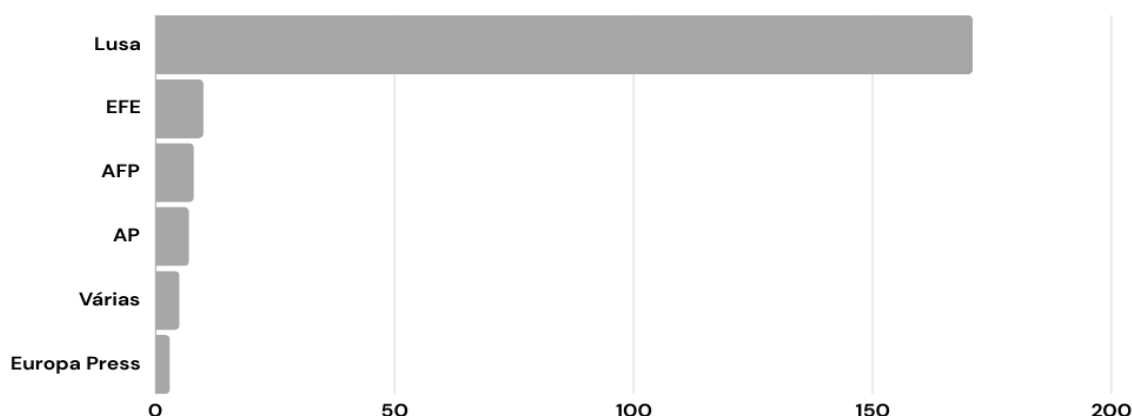


Gráfico 4. Peças por fonte

A variável Fonte refere-se à origem das informações utilizadas nas notícias, permitindo perceber se as notícias, relatos e dados publicados no serviço da Agência Lusa são recolhidos diretamente pela agência nacional, de forma primária, ou se são obtidos a partir de agências internacionais de notícias, como a EFE, a Agence France-Presse (AFP), Associated Press (AP), e Europa Press. Podendo ainda ser uma combinação de informações provenientes de diversas fontes (Várias). Aqui fica evidenciado o grau de originalidade e autonomia na produção noticiosa sobre a temática da imigração.

A maior parte da cobertura sobre imigração é produzida diretamente pela Agência Lusa. De 204 notícias totalizadas, a maior parte da cobertura sobre imigração é produzida diretamente pela Agência Lusa. A Lusa recolhe os dados em campo, entrevista as fontes diretamente e publica o conteúdo de forma independente, quer seja a nível nacional, quer a partir de uma das delegações espalhadas pelo mundo. Este procedimento pode significar um maior controlo editorial, com um maior foco nas questões que afetem diretamente o país, por ser uma agência de notícias portuguesa, mudando de acordo com a agenda e os interesses editoriais da agência.

No que diz respeito a outras fontes, as fontes internacionais, a maioria das notícias veio da agência espanhola EFE, com dez notícias; de seguida, provenientes da agência

francesa AFP foram oito notícias. Dos Estados Unidos, da agência Associated Press, foram tomadas em consideração sete notícias e, por fim, de outra agência internacional espanhol, Europa Press, foram recolhidas três peças. Ou seja, ainda que a Lusa tenha, em grande parte, uma produção noticiosa de origem própria, ainda existe espaço para informações vindas de outras instituições internacionais.

A categoria “Várias” pode contribuir para enriquecer a cobertura noticiosa. Ao combinar informações de diversas fontes e tipo de abordagem, permite uma visão mais abrangente, integrando diferentes perspectivas, relatos, dados e informações. No total, foram recolhidas cinco notícias que continham informação de duas ou mais fontes.

Esta análise demonstra a importância de uma abordagem equilibrada, em que a Lusa não só se apoia em fontes externas, mas também investe na própria produção jornalística. Esta variedade de fontes noticiosas garante que a Lusa faça uma cobertura completa e inclusiva sobre a imigração.

Variável 8/ TEMAS

Na oitava variável, estão identificados os principais temas associados às peças relacionadas com a imigração. Assim, é possível identificar os focos narrativos e compreender as temáticas predominantes associadas a esta questão. A partir desta análise de conteúdo, percebe-se se a Lusa tende a retratar os imigrantes de forma neutra, positiva ou negativa.

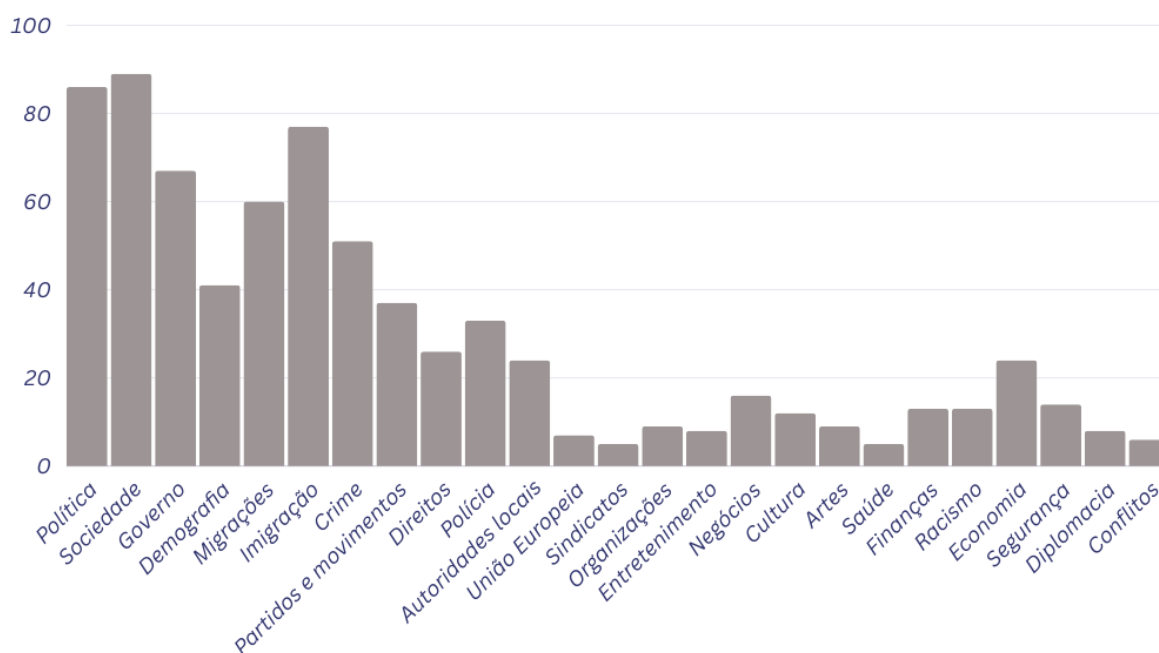


Gráfico 5. Peças por Tema

Os temas são preenchidos pelos profissionais da Lusa, após a conclusão da escrita de uma notícia no sistema LunaWeb. Estas palavras-chave podem ser preenchidas tanto manualmente, como de forma automática pelo próprio sistema que dá sugestões com base no texto apresentado. Esse processo de atribuição de palavras-chave é crucial para organizar, categorizar e facilitar a procura e análise das notícias. Foi a partir destes temas que foram

identificadas as notícias relacionadas ao tema no arquivo da Lusa com as palavras ‘ Migração’, ‘ imigração’ e ‘ imigrantes’.

Assim, temas como Política, Partidos e movimentos, Governo, Migrações, Imigração, Sociedade, Demografia, Crime, Autoridades locais, Polícia e Direitos surgiram com uma maior frequência durante esta análise. Conforme mostrado no Gráfico 5, outros temas tiveram um destaque considerável, como Racismo, Finanças, Negócios, Organizações e Segurança.

Destaco o número baixo de temas Cultura, Entretenimento e Artes apresentados na análise desta variável. Estas variáveis, associadas a um tom de cobertura positivo, seguem a mesma tendência do que foi analisado na Variável 5, Editoria, em que as peças provenientes de Cultura só registaram oito ocorrências, podendo, mais uma vez, estar relacionado com a agenda determinada para este período, como observado anteriormente.

O tema Economia não seguiu, no entanto, esta tendência, sendo associado a 24 notícias. Isto porque esta palavra-chave foi associada a notícias relacionadas com Política, Leis e Sociedade, e não apenas a peças de cariz económico.

Ainda que aqui pudesse ser acentuado o elevado número de vezes que o tema aparece (51) é importante ter em consideração o conteúdo noticioso da peça: os imigrantes não foram identificados, em qualquer instância, como os perpetradores dessas situações. Pelo contrário, em todas as notícias associadas a este tema, os imigrantes eram apresentados no papel de vítimas, como aconteceu, por exemplo, no ataque a imigrantes que se sucedeu no Porto, durante os três meses de análise.

Variável 9/ NACIONALIDADE DOS IMIGRANTES

Através da última variável da análise, é possível observar se, nas peças relacionadas à imigração, a Agência Lusa faz menção à nacionalidade dos indivíduos ou não. Desta forma, podemos confirmar o que os jornalistas referiram nas entrevistas: a Lusa não faz menção da nacionalidade em todas as notícias. A nacionalidade do indivíduo imigrante só é referida quando se trata de uma informação necessária à notícia.

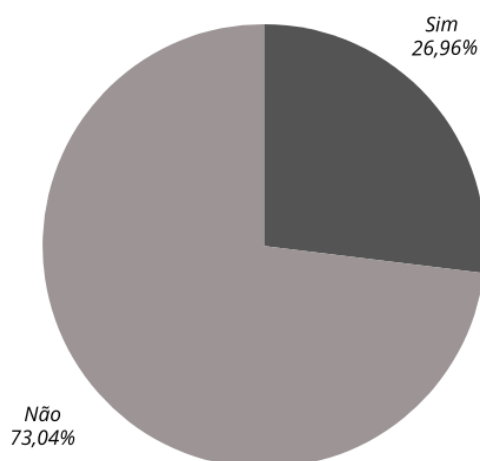


Gráfico 6. Peças por menção de nacionalidade

Esta tendência foi confirmada pelos dados recolhidos na análise de conteúdo: Das 204 peças totais, a maioria não fez qualquer referência desta característica (149 notícias). Por outro lado, “apenas” 55 notícias incluíram o país de origem.

Na categoria “Sim”, foi recolhida quais nacionalidades eram mencionadas. Entre as nacionalidades mais citadas, estão indivíduos provenientes dos PALOP, como Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Também apareceram na análise pessoas oriundas de países africanos, como Senegal, Mali, Guiné Conacri e Mauritânia, assim como imigrantes de regiões como o Sudão, Sudão do Sul, Ruanda, Gâmbia, Malawi e outros da África subsariana. Países do norte da África, como Marrocos, Argélia, Tunísia e Egito, também aparecem com frequência, ao lado de imigrantes da Ásia, como os provenientes do Nepal, Vietname, China, Filipinas, Bangladesh, Índia e Paquistão. Além disso, foram referenciados imigrantes do Oriente Médio, como os sírios, libaneses e afegãos, bem como de países da

América Latina, como Brasil, Venezuela e México. Mais recentemente, também foram mencionados ucranianos, haitianos e imigrantes turcos.

De entre estas origens, as que mais apareceram foram as relacionadas a imigrantes do Brasil e do continente africano, o que reflete a realidade migratória em Portugal. Estas identidades correspondem às principais nacionalidades dos imigrantes residentes no país, o que faz sentido que estas sejam as que mais têm destaque noticioso.

Além disso, a existência de uma editoria dedicada à Lusofonia e África nesta agência influencia esta análise. A proximidade noticiosa com os países de língua portuguesa, como os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), e os países de todo o continente africano, contribui para uma maior presença destes imigrantes na análise.

O jornalista João Pedro Fonseca afirmou, na entrevista, que esta decisão é uma questão de direitos humanos. Quando se associa uma nacionalidade a um ato específico, coloca-se uma conotação em cima de toda uma comunidade. Os jornalistas da Lusa fazem uma decisão cuidadosa sobre quando mencionar a nacionalidade, alinhada ao contexto da notícia, mas evitando fazer qualquer alusão que possa reforçar estereótipos e estigmas na opinião pública. Existe um compromisso ético com o tratamento dos imigrantes. Segundo Paulo Agostinho, “tirando situações muito pontuais, a regra é não usar nada que possa estigmatizar. A partir de uma parte, referir-se ao todo, porque esse é o grande problema de qualquer comunidade”, ainda que esta regra não seja um consenso entre todos os jornalistas.

CONCLUSÃO

“A agência (...) não tem opiniões, simpatias ou antipatias. A sua única missão é informar, transmitindo aos destinatários os acontecimentos de que tem conhecimento (...) São abolidas as palavras com carga política ou ideológica, os termos pejorativos ou elogiosos que marquem posições de repúdio ou de preferência, assim como as expressões grosseiras, os insultos, as expressões preconceituosas, xenófobas ou racistas, puníveis além do mais pela lei portuguesa”. São estes desígnios que se leem no Livro de Estilo da Lusa (2012. p.6), o documento que orienta toda a escrita jornalística produzida pelos profissionais desta agência. A Lusa é a única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional. Esta singularidade, além de carregar um título de grande prestígio, sustenta também uma responsabilidade colossal. O dever de produzir e distribuir notícias para um número elevado de clientes traduz-se no auxílio da formação do debate público, estando este encargo associado também ao carácter do jornalismo do setor público, ligado ao dever da prestação do Serviço Público. Pelo compromisso da Agência Lusa para com o cumprimento da integridade jornalística, a cobertura noticiosa não está, naturalmente, isenta de desafios.

Este relatório de estágio destacou e reforçou um dos fatores que orienta, maioritariamente, o trabalho da Lusa. As respostas às hipóteses previamente concebidas resumem-se a uma das ideias em comum entre os jornalistas entrevistados para este trabalho: a Lusa depende fortemente da agenda.

A primeira hipótese “De que forma a Agência Lusa aborda os estereótipos associados aos imigrantes em suas notícias?” é respondida pela característica, singular à Agência Lusa, de não identificar características dos imigrantes: “A regra é não usar nada que possa estigmatizar”¹⁹. A própria existência e objetivo da Agência Lusa contraria a ideia do estereótipo “Nós vs. Outros”, que muitas vezes domina o cenário mediático sobre a imigração. A abordagem que diferencia a Lusa de outros órgãos de comunicação em Portugal é, como mencionado no Capítulo 1, a ligação histórica e cultural que a empresa mantém com os PALOP. A existência de uma editoria dedicada à Lusofonia e África, que trata especificamente de assuntos ligados a esses países e comunidades, cria uma ponte entre

¹⁹ Anexo 1- Entrevista a Paulo Agostinho, jornalista da secção Sociedade e editor da Lusofonia, Comunidades e Minorias

Portugal e os imigrantes provenientes destes países. Ao possuir uma pasta dedicada a esta temática em diferentes editoriais, já rejeita esse afastamento entre indivíduos do país acolhedor e imigrantes. Esta atenção aos grupos minoritários demonstra compromisso com uma representação justa da realidade migratória em Portugal.

A empresa ainda mostra ser inclusiva, a um nível editorial, ao não usar o termo “imigrantes ilegais”, e sim o termo mais preciso “imigrante irregular” ou “imigrante em situação irregular”. Esta terminologia demonstra a preocupação e o esforço da instituição em evitar a perpetuação de estereótipos desumanizantes e estigmas.

A responsável da editoria de Lusofonia e África, Vera Magarreiro, destaca que, contrariamente à Lusa, há muitos outros órgãos de comunicação portugueses que violam o Código Deontológico do Jornalista ao expor o nome e a nacionalidade dos indivíduos diariamente. Assim, fica a reflexão sobre a necessidade de se analisar a forma como se processa esta cobertura jornalística, não somente, mas também, por se tratar de um tema complexo e delicado. Pensa-se aqui sobre a necessidade de alertar os jornalistas e outros trabalhadores da comunicação social sobre a realização de um jornalismo atento e crítico, que evite a reprodução de estereótipos, neste caso, sobre imigrantes. Ao adotar uma atitude analítica sob o trabalho jornalístico, os profissionais também desempenham um papel ativo na promoção da inclusão e integração dos imigrantes na sociedade. Devido à responsabilidade que a figura do jornalista acarreta, podem ainda alertar ao Estado sobre responsabilidades de integração e criação de políticas de inclusão.

Seria interessante desenvolver uma investigação futura sobre a cobertura dos imigrantes no âmbito dos meios de comunicação independentes, partindo do presente trabalho para uma análise comparatista entre o serviço público e o privado.

A primeira conclusão formulada a partir deste estudo de caso é que a análise da cobertura mediática dos imigrantes pela Agência Lusa revela características complexas sobre o papel da comunicação social na construção de narrativas sobre imigração e as consequências para a perceção pública, já que “uma parte muito significativa da informação produzida e consumida no – e sobre – o espaço de língua portuguesa tem como origem a agência Lusa” (2012, p.4).

A segunda hipótese intitula-se: “Como eventos externos, como mudanças nas políticas de imigração ou eventos económicos e políticos afetam a frequência das notícias sobre imigrantes?”. Esta pergunta foi respondida, principalmente, através dos resultados obtidos pela Variável 1, Mês. Ficou claro que eventos específicos podem, de facto, alterar a

frequência das publicações de notícias sobre a imigração. Destaca-se o maior fluxo de notícias no mês de maio, devido em grande parte, à situação vivida na Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), em que o serviço estava incapaz de responder a pedidos de milhares de imigrantes, resultado em grandes filas e reclamações, assim como ao ataque racista a imigrantes que ocorreu no Porto, no mesmo mês.

A partir da terceira pergunta “Existem diferenças significativas na representação de imigrantes em diferentes seções da LUSA?”, pode-se afirmar que, de facto, existe uma discrepância de peças sobre a imigração entre editorias. Através da Variável número 5, a terceira hipótese foi confirmada pelo número elevado de notícias associadas à editoria de Sociedade, comparativamente com o número reduzido de peças provenientes das editorias de Cultura e Economia. Esta diferença não é premeditada por escolhas editoriais, mas sim pela agenda. Um aspeto a destacar é a característica mutável da Agenda. Desta forma, estes resultados não vão ser sempre similares, estando dependentes dos assuntos que estejam na atualidade naquele dia, semana ou mês.

Por fim, “por ser um jornalismo que segue à risca os princípios normativos do jornalismo, consegue ser inclusivo?”. A quarta e última pergunta questiona a possibilidade de o cumprimento ao máximo das regras permitir que o jornalismo produzido na Lusa tenha características inclusivas.

Ainda que a agência Lusa siga os princípios normativos do jornalismo (objetividade, imparcialidade e rigor informativo) à risca, a inclusividade nem sempre é garantida apenas segundo essas diretrizes. Obedecer a estas indicações pode não deixar espaço para a representatividade. Uma cobertura pode ser informativa e neutra, mas não ser qualificada como inclusiva, por não dar em primeira mão espaço para as vozes e experiências dos próprios imigrantes. Ou seja, a resposta a esta hipótese seria sim e não simultaneamente, porque a inclusão é mais do que evitar o uso de estereótipos ou manter uma linguagem neutra.

No primeiro dia de estágio na Agência Lusa, uma das primeiras impressões foi a falta de diversidade na redação. Tanto a nível racial, como étnico, como de diferentes experiências e passados culturais. Não saberia se esta impressão correspondia à norma dentro do universo das redações portuguesas, por ser a minha primeira experiência prática no mundo jornalístico. Uma ideia que foi, mais tarde, confirmada pelas entrevistas, em que os três entrevistados denunciaram uma homogeneidade no local de trabalho. A falta de diversidade pode impactar

negativamente a cobertura das notícias e a forma como são interpretadas. Diferentes perspetivas e experiências de vida contribuem para enriquecer a prática jornalística. “Porque quer queiramos quer não, nós jornalistas não conseguimos ser 100% isentos. É humanamente impossível. E o facto de haver outros pontos de vista e outras visões, até em termos culturais, era fundamental para nos despertar a todos. Para abalar este nosso quase unanimismo que existe aqui e para nos meter a todos a refletir e a pensar sobre o que é que andamos aqui a fazer e sobre os desafios com os quais nos confrontamos todos os dias”²⁰. O jornalista Paulo Agostinho afirma que “a Lusa não tem diversidade. Vimos todos das mesmas escolas, dos mesmos grupos, dos mesmos circuitos, mas é um problema genérico do jornalismo em Portugal. Vivemos numa Torre do Marfim”.

Sem diversidade, existem implicações sobre como os imigrantes se veem refletidos nas notícias e, ainda, como os portugueses percecionam esse grupo. Desta forma, salienta-se o papel dos jornalistas como “participantes ativos na definição e na construção das notícias, e, por consequência, na construção da realidade” (Traquina, 2002, p.14).

²⁰Anexo 2-Entrevista a Vera Magarreiro, editora da secção de Lusofonia e África

BIBLIOGRAFIA

Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). (2024). *Relatório de Migrações e Asilo 2023*.

Agência Lusa. (2024). *Relatório Anual Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público 2023*.

Altschull, J. H. (1984). *Agents of Power The Role of the News Media in Human Affairs*. Longman Publishing Group.

Barbosa, A., & Lima, Á. (2020). *Brasileiros em Portugal: de volta às raízes lusitanas* (FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão, Ed.; 1a ed.).

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Batzliou, A.. (2011). *Picturing Immigration: Photojournalistic Representation of Immigrants in Greek and Spanish Press*. Intellect.

Berger, A. A. (2000). *Media and Communication Research Methods*.

Burke, P. (2017). *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo, Unesp.

Creswell, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. Thousand Oaks: Sage publications.

Cunha, I. F., Santos, C. A., Silveirinha, M. J., & Peixinho, A. T. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*.

Filho, W. (2008) *Imagem do Imigrante Brasileiro no Jornalismo Televisivo Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

França, T., & Padilla, B. (2019). *Imigração Brasileira para Portugal: Entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga*. Cadernos De Estudos Sociais, 33(2). <https://doi.org/10.33148/CES2595-4091v.33n.220181773>.

Galante, S. M. M. (2010). *As representações dos imigrantes e minorias étnicas no jornalismo português: análise comparativa entre o Diário de Notícias e o Público*. [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Artes e Letras da Universidade da Beira Interior.

Goffman, E. (1974). *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston Northeastern University Press.

Góis, P., & Marques, J. C. (2018). *Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos*. E-Cadernos CES, 29. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2023). *Inquérito às condições de vida, origens e trajetórias da população residente*.

Institute for Economics & Peace (2024). *Global Peace Index 2024*.

Laurier, E. (2010). *Participant Observation*. in N Clifford, S French & G Valentine, *Key Methods in Geography*. 2ª ed., SAGE Publications Ltd, London, 116-130.

Lewis, J. (2001). *Constructing public opinion : how political elites do what they like and why we seem to go along with it*. Columbia University Press.

Lippmann, W. (1922). *Public Opinion*. Harcourt, Brace & Co.

Lusa (2007) *Agências de Notícias de Portugal | Portuguese News Agencies*, Lisboa: Lusa - Agência de Notícias de Portugal S.A

Lusa (2012). *Livro de Estilo*. Lisboa: Agência Lusa.

Machado, F. L. (2009). *Quarenta anos de imigração africana: um balanço*. *Ler História*, 56, 135–165. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.1991>.

Mar, D. (2015). *A agência Lusa e as eleições nos países lusófonos*. Tese de Mestrado. Universidade Coimbra, Coimbra, Portugal.

Münz, R. et al. (2006). *The costs and benefits of European Immigration*. Hamburg Institute of International Economics.

Osservatorio Balcani e Caucaso. (2018). *Greece: media and migration*. OBC Transeuropa.

<https://www.balcanicaucaso.org/eng/Areas/Greece/Greece-media-and-migration-171542>

Oliveira, C. (2023.). *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual*. Observatório das Migrações.

Pachioni, M. (2021). *Cobertura Jornalística Humanitária - Guia do ACNUR para profissionais e estudantes*.

Pires, Rui Pena (1999), «*Imigração*», in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), *História da Expansão Portuguesa*, Volume V, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 197-211.

Pordata. (2022). *Retrato da população estrangeira e dos fluxos migratórios em Portugal*.

Prencipe, L. (2002). *Mídia e Migração: uma relação difícil*. *Travessia: Revista do Migrante*, n.43, 37-41.

Protest, D. L., & McCombs, M. (1991). *Agenda Setting: Readings on Media, Public Opinion, and Policymaking*. Lawrence Erlbaum.

Ribeiro, M., & Cerqueira, C. (2010). *As imigrantes brasileiras no jornalismo impresso regional*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Santos, A. (2016). *Migrações entre Brasil e Portugal no século XXI*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, SP, Brasil.

Santos, A. L. (2010). *Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI*. 2010. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2010.

Scherman, A., Etchegaray, N., Pavez, I., & Grassau, D. (2022). *The Influence of Media Coverage on the Negative Perception of Migrants in Chile*. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(13), 8219.

SEF. (2000). *Relatório Estatístico 2000*.

SEF/GEFP. (2016). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015*.

SEF/GEPF. (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2019*.

SEF/GEPF. (2022). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2021*.

SEF/GEPF. (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*.

SEFSTAT – *Portal de Estatística*. (2021). <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>. (último acesso em dezembro de 2023).

Silva, J. C. J., & Góis, P. (2017). *A imigração e a mídia. Entre a utopia da invisibilidade social e os direitos humanos universais*. Paraíba State University.

Sousa, J. P. (1997). *Fotoperformalismo - o serviço de fotonotícia da Agência Lusa de informação*. [Tese de Doutoramento, Universidade da Beira Interior]. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-fotoperformalismo-tese.html>

Traquina, N. (2002). *O que é Jornalismo*. Quimera.

Anexos

Anexo 1.

Entrevista a Paulo Agostinho

Editor de Lusofonia, África e Comunidades

Qual é a responsabilidade da Lusa, como uma empresa pública, no que diz respeito à representação dos imigrantes?

Uma agência não é um retalhista, é um grossista, ou seja, distribui para outros *media*. Por isso, por muito que exista boa vontade, se as notícias não corresponderem aos estereótipos dos nossos clientes, por muito bom trabalho que se faça, ninguém quer saber. Vou dar um exemplo: durante anos, fazíamos notícias sobre o Iémen. Ninguém queria saber do Iémen. Subitamente, os houthis começaram a atacar barcos americanos e barcos ocidentais e passou a ser notícia. Por isso, apesar de achar que a Lusa tem uma grande responsabilidade, a capacidade de intervir na agenda pública é sempre limitada pelo aquilo que é definido pelo *agenda-setting* e pelos estereótipos dos nossos clientes. Não vale a pena estarmos contra isso. Tendo em conta isso, uma agência é uma espécie de uma mancha de óleo, contamina, e contamina, muitas vezes, na perspetiva positiva. A Lusa assumiu, desde há muitos anos, a regra de não identificar a nacionalidade de notícias que envolvam criminosos, suspeitos ou algo do género. Ou seja, só se utiliza nacionalidade quando não é um elemento pejorativo no processo. Acabamos por contaminar, porque os outros *media* não têm capacidade de produção própria comparável com a Lusa, e isto acaba por nos contaminar, nem que seja pelo cansaço. Quando há produção própria, ainda se pode ver muita coisa, mas hoje vê-se muito menos notícias sobre, por exemplo, um assalto que tenha sido feito ou que tenha envolvido romenos, por exemplo. Já não se fala de situações assim porque como a Lusa não faz, a notícia está feita, o jornal não vai fazer esse trabalho extra. Mas há limitações, óbvio.

Assim sendo, a Lusa não faz essa identificação das nacionalidades?

A Lusa não usa nada que possa ser considerado estigmatizante, do ponto de vista de qualquer comunidade, fundamentalmente, a nacionalidade. Mas podem ser, por exemplo, ciganos, que têm nacionalidade portuguesa, mas continuam a ser estigmatizados. Uma coisa é se isso for o

elemento essencial da notícia, se a questão de nacionalidade interessar. Porque também nos interessa as notícias de um português que tenha sido vítima ou tenha sido um suspeito lá fora. Mas tirando situações muito pontuais, a regra é não usar nada que possa estigmatizar. A partir de uma parte, referir-se ao todo, porque esse é o grande problema de qualquer comunidade.

A Lusa, por ser uma agência de notícias que presta serviço público, tem a responsabilidade de noticiar os factos de forma fidedigna e não de maneira a garantir mais *likes* ou cliques...

A Associated Press não precisa de *likes*, a France Press não precisa de *likes*, a Reuters não precisa de *likes*. Esta questão tem a ver com o modelo de venda que as agências têm, que é a venda por avença. A partir do momento em que vendemos um pacote, quem tem de ter os *likes*, são os nossos clientes a partir das nossas notícias. Uma agência tem sempre o problema da sua própria visibilidade, que tem que existir do ponto de vista empresarial, mas não pode existir excessivamente enquanto marca, porque quem tem que brilhar são os clientes que compram os conteúdos à Lusa. A dimensão pública também dá um conforto do ponto de vista da estabilidade e de alguma capacidade de rede que nós temos.

De que forma considera que as representações mediáticas dos imigrantes influenciam a perceção pública sobre essa comunidade, especificamente no caso da Lusa?

Até há 20 anos, diria que era decisivo. Entretanto, aparece uma geração mais nova que não consome *media*. Acho que apesar de tudo, há um percurso feito. Mas o crescimento dos movimentos populistas, dos movimentos nacionalistas, faz crescer o discurso contra o ‘Outro’ que existe hoje em dia. Todas as partes não podem representar o todo. Por muito que os *media* berrem, que não existe o outro, existem indivíduos isolados de uma comunidade, as redes sociais, a plataformização da informação criaram novos caminhos de distribuição (6:58) em que os *media*, por muito que berrem, não sei se são ouvidos. Mas sim, apesar de tudo, há alguma preocupação.

Como é que tentam combater a perpetuação de discursos jornalísticos que contribuam para a difusão de estigmas ou estereótipos?

Uma agência não controla a distribuição e vive uma parte dos estereótipos. Há estereótipos que não causam problemas e há outros que causam problemas. O que acontece é, naqueles que causam problemas, convém qualquer órgão público que preste serviço público, ter preocupações sobre as consequências dos seus atos.

Com o aumento da imigração em Portugal na última década, percebe-se alguma mudança na forma como a Lusa aborda a diversidade dentro da redação nos últimos anos?

Até há um ano não havia ninguém que fizesse especificamente imigrações. Agora já tem. Isso reflete a importância crescente dos imigrantes na sociedade portuguesa. Os imigrantes como temática estavam inseridos nas pastas das minorias, nas questões sociais, e decidiu-se isolar isso. Tendo em conta que representa cada vez mais um foco da atenção da opinião pública. Era necessário especializar alguém nesse assunto e é o que estou a fazer. Além disso, faço outras coisas. Mas o meu tema é migrações, asilo e refugiados.

Qual é o papel da Lusa na promoção de uma visão mais inclusiva e diversa nos *media* portugueses?

Por quantidade e por contaminação, a Lusa influencia a opinião pública. Todos os dias, temos histórias diferentes, histórias que não estávamos à espera daquilo ter divulgação e passa a ter divulgação. E depois, temos outras que não. Eu diria que sim pela continuidade, não por uma estratégia prévia.

Há alguma pressão ou influência externa (política, económica ou social) que afete a maneira como a Lusa cobre as questões de imigração?

Não falo em nome da Lusa, mas sim a título particular. Mal do jornalista que nunca tenha sofrido pressões, mal desse mesmo jornalista, se tiver cedido a elas. Ou seja, pressões houve sempre. Por isso, apesar de tudo, é um espaço de absoluta liberdade.

A Lusa é reconhecida por ser um dos únicos meios de comunicação a ter uma editoria dedicada à lusofonia e uma forte ligação com os PALOP. Como é que essa conexão influencia a forma como a Lusa cobre as notícias sobre as comunidades de imigrantes desses países?

A Lusa é filha de um processo pós-colonial, de uma potência colonial, da mesma forma como é a France Press, como é a EF, como é a Associated Press, que herdou essa dimensão da Reuters, porque há lógicas de política de língua. Ou seja, é normal que um órgão em Angola queira ter mais notícias em português, confia mais nas notícias produzidas por uma agência que tenha alguma credibilidade internacional e tenha alguma capacidade de produção por canais, do que propriamente uma agência controlada pelo governo de Angola. Ou seja, é um modelo de negócio. Há uma preocupação atenta na editoria de Lusofonia e África, nos imigrantes da Lusofonia em Portugal, de tal forma que eu, que faço imigrações, não tenho essa pasta. Por que razão? Porque o olhar sobre os imigrantes lusófonos não-portugueses que estão em Portugal têm uma visibilidade nesses órgãos de comunicação social de que somos clientes, por isso também é negócio. Ou seja, quando fazemos notícias sobre imigrantes paquistaneses, elas interessam aos *media*, em Portugal. Uma notícia de um angolano ou de um cabo-verdiano aqui interessa aos *media*, em Portugal, mas também interessa aos *media* daqueles países, o que explica a existência de um maior investimento. Ou seja, fazemos mais notícias sobre cabo-verdianos ou angolanos porque interessam em dois mercados, e porque, culturalmente, são mais próximos de nós.

Quais são os estereótipos mais comuns associados aos imigrantes nos *media* portuguesas e como é que a Lusa trabalha ativamente para evitar cometer e perpetuar esses erros?

Não acho que haja uma estratégia concertada. Existe um conjunto de preocupações que estão nas normas do Livro de Estilo, mas há uma preocupação de não tomar a parte pelo todo, na minha opinião. Nós não nos reunimos uma vez por semana ou uma vez por mês a decidir o que é que vamos fazer relativamente a isto. Acho que há um problema que tem a ver com o acesso às fontes, ou seja, qualquer comunidade imigrante é uma comunidade fechada, e a última onda de imigrantes que veio é uma comunidade particularmente fechada, nepaleses, por exemplo, particularmente o Sul Asiático. No caso dos brasileiros, é fácil porque estão cá, é uma lógica diferente. Por isso, diria que os *media* portuguesas tratam. O que vou dizer é um

bocado polémico, no sentido em que conheço os *media* de outros países, e apesar de tudo, acho que Portugal se porta bem, mesmo os piores. Agora, uma coisa é isto, outra é o que se passa relativamente ao ódio nas redes e nas dinâmicas da geração mais jovem que não consome *media*, ou da geração dos mais velhos que acha que os *media* estão todos a enganá-los. Vejo os comentários, aí sim, há estereótipos.

No outro dia, entrevistei uma pessoa que me disse uma coisa genial: primeiro, os ucranianos eram os maus da fita. Depois, passaram a ser bons porque eram brancos. A seguir, quando vieram pra cá os brasileiros, nós não gostamos muito deles, mas eventualmente começaram a encaixar mais ou menos. A seguir apareceram os indianos. E se a seguir aos indianos vierem os filipinos, os paquistaneses e os indianos vão passar a ser bons. Temos sempre medo do outro; medo do último que está a chegar, aquele que é mais oposto a nós.

Na análise de conteúdo, observou-se que, ao longo de três meses, foram publicadas 55 peças relacionadas à imigração à terça-feira, 36 à quarta-feira, 28 à segunda-feira, 24 à sexta e ao sábado, 21 à quinta-feira, e apenas 16 ao domingo. Existe algum fator na forma como a Lusa organiza a publicação de conteúdos e a estruturação da redação que possa explicar essa variação nos números?

À segunda-feira, nunca se passa nada a nível de agenda. Terça, quarta e quinta, as coisas aceleram. À sexta, também pode acelerar. Se estamos a falar de conferências de imprensa, de iniciativas de protesto, uma coisa qualquer, isto tudo tem a ver com estes dias. Agora, a Lusa procura, já há muito tempo, colocar notícias ao fim de semana, onde o fluxo noticioso é mais baixo, para aproveitar o facto de os *media* terem menos clientes. As reportagens tentamos colocar ao fim de semana, porque os jornais estão mais disponíveis para publicar, há menos redações a funcionar.

Com base na categorização das notícias da Lusa em curtas, médias e longas, e observando que as notícias de comprimento médio prevaleceram, com 106 ocorrências, quase o dobro das longas (56) e com menos notícias curtas, essa predominância de notícias médias pode sugerir um padrão editorial específico? A Lusa tende a dar uma cobertura detalhada, mas não excessivamente extensa, ao tema da imigração?

O mais relevante é não serem notícias curtas. Ou seja, se fosse uma notícia de política, ou uma notícia de desporto, dá-se dois ou três parágrafos. A imigração obriga a contexto. Valorizaria mais o facto de serem notícias ou médias ou longas e não ser aquilo que é o volume maior da Lusa, que é notícias curtas. Porque qualquer notícia sobre imigração tem que ter contexto, e nós temos alguma preocupação em dar contexto, em dar *background*, para que possamos evitar a estigmatização.

Neste estudo, também foi analisado o género das notícias publicadas no serviço da Lusa. Entre 27 de fevereiro e 17 de maio, foram publicadas 196 notícias relacionadas à imigração. No entanto, apenas quatro dessas foram entrevistas e outras quatro reportagens. A reportagem e a entrevista são géneros noticiosos através dos quais há mais margem para explorar determinados assuntos?

Diria que está mais ou menos em linha do volume de notícias totais. Se calhar, um bocadinho menos, por uma razão muito simples, porque é difícil tu encontrares alguém cuja entrevista isolada tenha interesse para a comunidade em geral. Não podemos esquecer que estamos a produzir sempre conteúdos para todos. E ao mesmo tempo, é difícil encontrar reportagem, porque, muitas vezes, essas comunidades têm limitações ao nível de trabalho. Mas sim, tem a ver um bocadinho com essa dimensão. Por um lado, dificuldade de acesso às fontes, para as reportagens, e por outro lado, a visibilidade mediática das pessoas para merecerem serem entrevistadas, tem que ser pessoas com relevo para poderem falar.

Como é decidido pela redação da Lusa quais temas se transformam em reportagens e quais figuras merecem ser entrevistadas, num ponto de vista noticioso?

Depende muito do jornalista, o que o jornalista quer fazer, crescer ou não crescer o tema, dar mais profundidade. Tem a ver mesmo com a questão da agenda.

Como é decidida a distribuição de notícias por editoria? Sendo que foi observado que as editorias com mais notícias presentes relacionadas com imigração foram a de Sociedade (63), País (35) e Lusofonia (34). De seguida, registou-se 32 notícias na editoria de Política, 21 em Internacional, dez em Piquete. Cultura e Economia com menos notícias. A Cultura apenas registou oito e Economia apenas uma. O que pode explicar estas discrepâncias?

Esse é um bom retrato daquilo que é a visibilidade mediática dos imigrantes em cada uma das áreas. Ou seja, na boa linguagem marxista, na economia, os imigrantes são trabalhadores do setor mais baixo, não têm sequer acesso aos representantes sindicais, que são portugueses, por isso não representam isso. Na Sociedade, há uma pasta específica sobre isso, tratamos das minorias, por isso, é normal que tenha mais visibilidade do que todos os outros. No País, é a mesma coisa, porque há impactos regionais dessas mesmas imigrações. Na Lusofonia, é pela dimensão das nacionalidades dos imigrantes. Por isso é explicável.

No que diz respeito à Proveniência das notícias da Lusa, 56 notícias relacionadas com a imigração foram de proveniência internacional e 148 foram de proveniência nacional. O que pode explicar a discrepância? A Lusa dá uma maior atenção a temas de imigração com foco nacional ou internacional?

É suposto a imigração noutra país não ser uma coisa que nos afeta. Claro que se for o Viktor Orbán a falar sobre políticas de asilo, interessa-nos. Agora, é normal que esse tema, se fizermos conflitos e guerras, por exemplo, encontrarás mais lá fora. Ou seja, depende do tema. O que faz sentido para nós desenvolvermos é aquilo que diz respeito à política nacional.

Para terminar, qual é o nível de diversidade na redação da Lusa em termos de nacionalidade, etnia e experiência cultural?

A Lusa não é um órgão representativo do ponto de vista étnico; do ponto de vista social, não é. Dito isto, há um esforço, de todos os jornalistas, de procurar e representar outras coisas. Não concordo que uma maior representação étnica, ou a representação do ponto de vista de imigrantes, signifique melhor cobertura. Ou seja, não é por ter um jornalista brasileiro na redação que vamos fazer melhor a cobertura da comunidade brasileira. Porque a comunidade brasileira precisa ser traduzida para outras realidades, para além da comunidade brasileira. Dito isto, a Lusa não tem diversidade. Vimos todos das mesmas escolas, dos mesmos grupos, dos mesmos circuitos, mas é um problema genérico do jornalismo em Portugal. Vivemos numa Torre do Marfim.

Essa presença influencia, de alguma forma, a qualidade da cobertura das notícias sobre imigração?

Se para cobrir a diversidade cultural do país ou a diversidade étnica, migratória do país, é necessária a Lusa ter diversidade cultural, discordo. Para uma agência perceber a sociedade portuguesa, que já não é a tradicional sociedade portuguesa, implica termos diversidade, sim, mas também ter diversidade etária. Ou seja, é necessário termos pontos de contacto com vários elementos da sociedade. Agora, não quer dizer que a pessoa branca só possa conviver com coisas brancas. Ou seja, a questão é: temos sempre de traduzir o que não conhecemos. Agora, também somos pontos de contacto com a sociedade. Somos todos iguais. Retratamos a sociedade também como muito mais uniforme do que ela é na realidade. Devemos ter diversidade cultural, mas não acho, por exemplo, que essa diversidade cultural tenha de ser colocada, do ponto de vista da origem étnica, na Lusofonia, por exemplo. Porque as pessoas que estão na Lusofonia já estão treinadas para olhar o outro. Precisamos ter um olhar, eventualmente, que tenha origem africana ou origem brasileira ou o que quer que seja, na economia, para perceber outras dinâmicas.

Anexo 2.**Entrevista a Vera Magarreiro****Chefe da redação de Lusofonia e África****Qual é a responsabilidade da Lusa, como uma empresa pública, no que diz respeito à representação dos imigrantes?**

Há uma responsabilidade associada ao realizar trabalhos que permitam alertar a população em geral para a questão da integração. Portanto, nesse contexto, acho que é uma responsabilidade imensa. Não estou a falar de jornalismo de causas, porque o jornalista não deve defender uma causa, devemos contar ou expor histórias em que as pessoas são discriminadas. Um jornalista deve expor uma situação social, alertar para ela e contactar as autoridades que devem agir nessa área. Isso desperta consciências. Portanto, nesse aspeto acho que sim. Temos um papel fundamental. O nosso papel é fundamental, não especificamente a Lusa, mas no jornalismo em geral. A Lusa, em particular, tem a questão do serviço público, e pela credibilidade que tem. Até alertar o próprio Estado, que tem aqui deveres de integração e de gerar políticas nesse sentido. Ou seja, usando esta conjuntura toda. O nosso papel pode até ser mais importante do que a globalidade dos outros órgãos.

Existem cuidados específicos na cobertura sobre um grupo minoritário, como os imigrantes? Por ser uma agência de notícias, na maioria das vezes, grande parte das notícias divulgadas pelos outros meios de comunicação tem a sua origem na Lusa. Existem diretrizes específicas para garantir uma representação justa e equilibrada?

Há. A nacionalidade do imigrante pode não interessar para a notícia, para não criar estigmas. Aliás, seguindo o nosso próprio código deontológico, mesmo que a Lusa não tivesse esse cuidado, porque há outros órgãos que não têm, que metem o nome das pessoas, a nacionalidade, seguindo o código, não podemos dizer. Agora, há aqui um debate quando estamos, por exemplo, a escrever sobre a emigração. Aí é um desafio para a Lusa. Imaginando que a Lusa está a fazer uma notícia sobre um emigrante, sobre um português, algures, em Paris. Não posso escrever a notícia omitindo o facto de ele ser português. Porquê? Porque eu só estou a fazer essa notícia porque ele é português, porque somos uma agência portuguesa. Com um indivíduo da Guiné, ou um brasileiro, se eu não identificar a nacionalidade da pessoa em questão eu não estou a explicar porque é o interesse da Lusa

notificá-lo. Porque se não era só mais um imigrante, provavelmente não me interessava noticiar. Tem de se perceber porque é que a Lusa está a noticiar. Isto de uma perspetiva internacional. Aqui em Portugal não, de todo. Não se deve identificar as pessoas. No entanto, há situações em que é complicado não explicar.

Por exemplo, um confronto hipotético entre pessoas negras e cigano. Confrontamo-nos com situações, em que para sermos rigorosos, para que as pessoas percebam o contexto em que aquilo acontece, provavelmente, vamos ter de recorrer a este tipo de designação. Mas tem de ser com muito cuidado, precisamente para não haver estigma. Se escrevermos a notícia dizendo que foi uma luta entre dois grupos rivais não estamos a dar a dimensão exata da coisa. Portanto, no nosso exercício, temos de tentar este equilíbrio: de proteger as pessoas, não divulgar o seu nome, a nacionalidade para não haver este estigma. Se falamos de uma mulher brasileira, temos um determinado estigma. Se falamos de um imigrante que vem da África, existe outro estigma. Outro estigma que está em destaque agora é a associação de imigrantes que vêm de países asiáticos com as questões de criminalidade. Portanto, temos de proteger essas pessoas. Mas também não podemos ficar numa bolha como se não estivéssemos a perceber o contexto social e político em que estamos inseridos. É perigoso. Neste momento, é muito fácil ceder a um extremismo ou a outro. Portanto, é uma luta diária.

Assim, estas preocupações aumentaram em paralelo com o aumento de imigração em Portugal? As preocupações variam de acordo com os fluxos migratórios?

Exato. Varia. É necessário ter atenção porque Portugal está a sentir agora uma pressão, algo que também interessa muito. Determinados partidos falarem de imigração em excesso. Não é em excesso. Estas pessoas vêm para cá fazer aquilo que os portugueses não querem fazer. A ideia que se dá é que estas pessoas vêm roubar os empregos. É um estigma também que se está aqui a criar para beneficiar uma determinada ideologia. Temos de desmistificar isto tudo. Nós próprios, como portugueses, fomos para outros países fazer o serviço que os outros, os nacionais daqueles países não queriam fazer. Portanto, não podemos deixar que este discurso tome conta. E cabe-nos a nós explicar que estas pessoas não vêm para cá roubar os nossos empregos. Pelo contrário, são essenciais à nossa economia. Temos de alertar para a necessidade de criar políticas em todos os aspetos: de integração, de criação de condições de habitação para estas pessoas. A situação é desumana. Temos de alertar para estas questões sociais e desmistificar esta perceção negativa que se está a gerar em relação aos imigrantes, que são todos uns criminosos. E aí nós, jornalistas, temos uma responsabilidade brutal.

Qual é o papel da Lusa na promoção de uma visão mais inclusiva e diversa nos *media* portugueses?

É importante desmistificar estas questões junto da opinião pública, precisamente para que não se deixe que se crie o extremismo. Estamos a falar de ataques gravíssimos contra imigrantes. Temos aqui uma responsabilidade muito grande. E nós, a Lusa, seguimos com rigor e responsabilidade. Não é dar apenas uma determinada visão. A nossa responsabilidade é ir procurar, contar a história toda e fazer um trabalho global que permita perceber toda a dimensão do problema, a dimensão política, social e económica. (19:01) Portanto, é fundamental.

Existem discussões internas sobre como melhorar a cobertura de grupos minoritários, como os imigrantes?

Sim. Mesmo nas nossas formações que realizamos internamente de forma regular, discutimos muito estes assuntos. Esta é uma das vertentes, especificamente a imigração e os direitos humanos, e a forma como abordamos as questões das minorias também.

Há alguma pressão ou influência externa (política, económica ou social) que afete a maneira como a Lusa cobre as questões de imigração?

Há, mas com uma agenda. E é aí que eu digo que temos um papel fundamental. Tudo tem uma agenda. Uma organização de imigrantes tem a sua agenda, um partido político tem a sua agenda. Tem de ser gerado aqui um equilíbrio. Porque, de facto, o escrutínio é muito grande neste momento; é um assunto que está em debate na sociedade portuguesa. E, portanto, precisamos de ter muito cuidado com a abordagem que fazemos, sobretudo para não ceder a estas agendas. Perceber se uma determinada fonte não te está a tentar manipular para servir a sua agenda. É fundamental fazer essa análise.

A Lusa é reconhecida por ser um dos únicos meios de comunicação a ter uma editoria dedicada à Lusofonia e uma forte ligação com os PALOP. Como é que essa conexão influencia a forma como a Lusa cobre as notícias sobre as comunidades de imigrantes desses países?

É fundamental. Até internamente, como jornalista experiente desta área, desde há muitos anos, o que sinto todos os dias é como se estivéssemos aqui a remar contra a maré. Estruturalmente, a sociedade portuguesa é uma sociedade racista. Temos que travar isto. Nós,

Lusa, Lusofonia, tentar fazer aqui este trabalho, que devia ser global. Mas na Lusofonia, particularmente, trabalhamos todos os dias. Podemos cair no risco de ter situações deste género. Mas como te digo é uma luta diária para falar destes temas, não só nos meios de comunicação, em Portugal no geral. Mas sem cair em extremismos, no politicamente correto, em que não podes chamar as coisas pelos nomes. Não podemos cair nisso. As pessoas são diferentes, têm características distintas, têm cor de pele diferente, nós não vamos escamotear isso. Não vamos esconder as diferenças em nome da igualdade. Há diferenças culturais que têm de ser respeitadas e que devem ser salientadas porque é uma forma de integração. É percebermos que o outro é diferente de nós e respeitarmos essa diferença. A questão está aí: normalmente o que acontece é o desrespeito com o outro porque ele é diferente de nós. É este abrir de mentalidades que nós, jornalistas, e nós na Lusofonia, particularmente, temos um papel crucial.

Quais são os estereótipos mais comuns associados aos imigrantes nos *media* portugueses e como é que a Lusa trabalha ativamente para evitar cometer e perpetuar esses erros? Ou alguma temática que seja mais frequentemente associada aos imigrantes?

Associa-se muito uma determinada origem a uma determinada situação, que normalmente não é boa, à criminalidade, ao tráfico de drogas. Porquê? Porque se expõe as pessoas pela sua origem, pelo seu nome quando não há necessidade nenhuma disso. Numa notícia relacionada a um crime, X matou Y, não precisamos dizer que o X tem uma determinada cor de pele ou que tem determinado nome. Porque depois os órgãos de informação expõem a imagem dessa pessoa, que tem direito a se defender e que até ser provado o contrário, temos de zelar pela presunção de inocência. Tens de proteger as pessoas e o nosso código deontológico diz isso. Tal como temos de proteger crianças. Porque as pessoas, muitas vezes, não têm a noção dos seus direitos. Como jornalistas, temos essa noção, ou devíamos ter, mas nem todos temos. É aquilo que vemos, infelizmente, nos nossos noticiários todos os dias. Mas devíamos ter e temos essa responsabilidade.

Dentro da comunidade imigrante, será que existe alguma preferência a dar cobertura a notícias de imigrantes lusófonos, como angolanos e brasileiros, do que, por exemplo,

imigrantes do Paquistão? Por ser uma agência de notícias portuguesa com uma editoria especificamente ligada à Lusofonia.

Não. O que tentamos é dividir aqui um bocadinho as coisas em termos de cobertura. Tradicionalmente, a imigração está na sociedade. Mas, interessa-me, editorialmente, fazer notícias também da comunidade cá, porque interessa aos órgãos de informação de lá, para quem a Lusofonia trabalha todos os dias. Acabei por puxar para a Lusofonia coisas relacionadas com os imigrantes lusófonos. Mas não, não preterimos os imigrantes de outras nacionalidades. Mas, de facto, a Lusa é uma agência também lusófona. Portanto, é natural que demos algum destaque. Porque, de facto, somos fonte de informação primária também nesses países. Ou seja, interessa aos guineenses saberem coisas sobre a sua comunidade aqui, ou aos moçambicanos, ou aos brasileiros. Portanto, como agência, não só portuguesa, mas lusófona, nessa característica que faz parte do nosso serviço público, é natural que isso aconteça. Mas também fazemos notícias de outros imigrantes de outras nacionalidades.

Na análise, observou-se que, ao longo de três meses, foram publicadas 55 peças relacionadas à imigração à terça-feira, 36 à quarta-feira, 28 à segunda-feira, 24 à sexta e ao sábado, 21 à quinta-feira, e apenas 16 ao domingo. Existe algum fator na forma como a Lusa organiza a publicação de conteúdos e a estruturação da redação que possa explicar essa variação nos números?

No domingo, não temos coisas do dia. O facto de termos mais durante a semana é porque acontece qualquer coisa relacionada com isso. E vamos lá e fazemos a cobertura, é uma coisa do dia. O que é que acontece ao domingo? Normalmente, não há, ou há uma manifestação, ou alguma organização de imigrantes. Não tens aquilo no dia a dia. O que temos aí normalmente são reportagens, são coisas mais intemporais, que preparamos durante a semana, mas que depois damos destaque no fim de semana. Portanto, tem a ver com o *timing*. Temas do dia têm de sair naquele dia, como é óbvio. Essas peças normalmente são trabalhos mais elaborados, são reportagens, são coisas mais intemporais, que é indiferente de saírem à segunda, à terça ou à quarta ou ao domingo. Porque não é do dia. Faço isso muito, na Lusofonia. Temos histórias de imigrantes, para esses dias, precisamente porque sei que não vão ter uma agenda diária que me permita fazer uma cobertura equitativa ao longo da semana.

Com base na categorização das notícias da Lusa em curtas, médias e longas, e observando que as notícias de comprimento médio prevaleceram, com 106 ocorrências, quase o dobro das longas (56) e com menos notícias curtas, essa predominância de notícias médias pode sugerir um padrão editorial específico? A Lusa tende a dar uma cobertura detalhada, mas não excessivamente extensa, ao tema da imigração? Como é que isso pode influenciar a percepção da profundidade com que o tema é abordado?

Uma notícia curta pode ser muito mais importante do que uma notícia longa. Ou seja, a importância não é diretamente proporcional ao tamanho da notícia. Ou seja, podemos ter três parágrafos de uma medida super importante do governo para a imigração, e isso será a notícia da semana, do mês ou do ano. No entanto, se falarmos de um trabalho mais aprofundado, em que fazemos este trabalho de ouvir uma situação particular no imigrante, uma associação, o departamento do governo que deve responder por isso, aí sim, provavelmente, teremos de fazer uma coisa mais abrangente e aí a dimensão conta. E aí sim podemos aferir que o assunto, a dimensão está diretamente proporcional. Mas, no geral, posso dizer-te que não está.

O jornalista Paulo Agostinho também falou que a questão da imigração necessita de contexto. Isso pode estar relacionado? Estes assuntos precisam de mais *background*?

Sim, mas precisamente para explicar esse contexto, para evitar esses estereótipos. Ou seja, tem de ser tudo muito bem contextualizado. Para evitar que a coisa seja mal interpretada. E aí sim, ele tem razão em que é necessário, provavelmente, um artigo mais extenso.

Neste estudo, também foi analisado o género das notícias publicadas no serviço da Lusa. Entre 27 de fevereiro e 17 de maio, foram publicadas 196 notícias relacionadas à imigração. No entanto, apenas quatro dessas foram entrevistas e outras quatro reportagens. A reportagem e a entrevista são géneros noticiosos através dos quais há mais margem para explorar determinados assuntos?

O nosso dia a dia é notícia. Ou seja, não temos, infelizmente, meios humanos para conseguir responder à pressão da agenda diária que temos. O ideal, se for perguntado a todos os

jornalistas da Lusa o que é que lhe dá mais gozo fazer, provavelmente, é a reportagem, é uma entrevista. São estilos em que conseguimos mostrar mais de nós, mais criatividade enquanto jornalista. Como agência, não é essa a nossa base. Portanto, é perfeitamente natural. Está tudo certo com esses números porque o nosso *core business* é notícia pura e dura. Quando faço um planeamento mensal ou semanal, tenho sempre ideias para reportagens. No entanto, quando sou obrigada a decidir deixar cair uma peça, o que fica para trás é a reportagem, porque não é uma coisa urgente. Se me sai uma notícia urgente do dia, o jornalista que está com uma reportagem, algo que é um pouco intemporal, tem de suspender aquilo para trabalhar numa notícia do dia. Não é uma questão de darmos mais importância ou menos, mas daquilo que é o objetivo da agência e aquilo que nos caracteriza e é o nosso *core business*. Temos a pressão da agenda e porque não temos gente suficiente para nos podermos dedicar mais àquilo que gostaríamos de fazer.

Como é decidida a distribuição de notícias por editoria? Sendo que foi observado que as editorias com mais notícias presentes relacionadas com imigração foram a de Sociedade (63), País (35) e Lusofonia (34). De seguida, registou-se 32 notícias na editoria de Política, 21 em Internacional, dez em Piquete. Cultura e Economia com menos notícias. A Cultura apenas registou oito e Economia apenas uma. O que pode explicar estas discrepâncias?

Isso é natural. Fazemos muita cultura lusófona cá, por exemplo. Pela interação, pela questão linguística. Há muitos lançamentos de livros, muitos espetáculos e, portanto, na Cultura, é uma coisa que se vê e, necessariamente, liga-se à imigração, não é? Na Economia, faz sentido que seja só uma, porque, de facto, não é uma coisa que diga respeito à Economia. A Lusofonia trata jornalisticamente, por exemplo, os dados mensais das remessas dos emigrantes e dos imigrantes. É um dos dados do Banco de Portugal que noticiamos sempre. Mas que não tem origem necessariamente na Economia porque nós fazemos na Lusofonia. Porque lá está, faz parte da nossa temática, não é? E porque na Lusofonia, também temos as comunidades e os portugueses lá fora. Portanto, mais uma razão para, na Lusofonia, haver muito mais notícias disso. E na Sociedade também, sobretudo, porque desde que o Paulo Agostinho lá está, eles estão a fazer muito mais coisas sobre a imigração. No país também, porque as próprias delegações regionais acabam por produzir muita coisa. Temos situações de exploração, como há um pouco por todo o país. A parte regional acaba por também dedicar atenção a isso.

No que diz respeito à Proveniência das notícias da Lusa, 56 notícias relacionadas com a imigração foram de proveniência internacional e 148 foram de proveniência nacional. O que pode explicar a discrepância? A Lusa atribui uma maior atenção a temas de imigração com foco nacional ou internacional?

Tem a ver com o facto de sermos uma agência portuguesa. Por exemplo, damos muita importância à questão da travessia do Mediterrâneo em direção à Europa. É uma parte que tratamos muito também, que é a África. E que é um flagelo, é uma exploração que fazem para os imigrantes. E são coisas às quais damos muita atenção. É natural que, como somos uma agência portuguesa e como este tema está tão em debate agora na nossa sociedade, que haja mais a nível nacional. Na conjuntura, é perfeitamente normal essa tendência.

Para terminar, qual é o nível de diversidade na redação da Lusa em termos de nacionalidade, etnia e experiência cultural? Essa presença influencia, de alguma forma, a qualidade da cobertura das notícias sobre imigração?

É importante. Infelizmente, não existe e deveria existir. Lá está, não para o politicamente correto, porque não concordo com isso, mas devia haver, precisamente, para aproveitar essa diversidade, esse ponto de vista diferente. Porque quer queiramos quer não, nós jornalistas não conseguimos ser 100% isentos. É humanamente impossível. E o facto de haver outros pontos de vista e outras visões, até em termos culturais, era fundamental para nos despertar a todos. Para abalar este nosso quase unanimismo que existe aqui e para nos meter a todos a refletir e a pensar sobre o que é que andamos aqui a fazer e sobre os desafios com os quais nos confrontamos todos os dias. Era fundamental haver essa diversidade, que infelizmente não existe.

Anexo 3.**Entrevista a João Pedro Fonseca****Coordenador da Escola Lusa****Qual é a responsabilidade da Lusa, como uma empresa pública, no que diz respeito à representação dos imigrantes?**

A questão de ser pública ou privada, para nós, enquanto jornalistas, é irrelevante o estatuto da empresa. O que é importante é que fazemos serviço público. O serviço público é um contrato que a Lusa assinou com o Estado. Esse financiamento, que neste momento, equivale a cerca de 70% das nossas receitas e 30% são pagamentos dos privados, dos nossos clientes. Portanto, o serviço público é o que é importante. Temos de ter muito cuidado com o trabalho que realizamos. Os jornalistas sabem que têm que ter este cuidado na escrita.

Por volta de 2011, 2012, a Lusa ganhou um prémio anual para os jornais que tratassem melhor as minorias. E a Lusa ganhou dois anos consecutivos, porque éramos os únicos em Portugal que não escrevíamos a palavra 'ciganos'. Hoje, pensando nisto, é um bocado ridículo. Lemos as notícias da Lusa e não sabemos se são portugueses ou estrangeiros nas notícias. Nós não fazemos isso, porque tudo o que envolve uma mutação negativa ou um crime. Se mencionarmos que foi um cigano, que foi um indiano, estamos a pôr uma conotação em cima de toda a nacionalidade, de toda essa comunidade. Isso é horrível. Agora, se isso é pacífico na redação? Toda a gente encara isso bem? Não. Isso é um problema grave. Isto tem um valor de direitos humanos. Há uma comunidade que vai ser mal vista por toda a gente. Vai haver mais ódio, mas entre uma coisa e outra, achamos que isto é mais importante. Mas a regra é não discriminarmos por nacionalidade, sexo. Porque há casos em que temos que dizer a nacionalidade porque é relevante para a notícia; para o caso em si.

Será o maior interesse da Lusa, como uma empresa pública, noticiar os factos de forma fidedigna e não de maneira a garantir mais *likes* ou cliques? Porque, no fim do dia, a empresa não depende de números para se sustentar.

Felizmente, não estamos dependentes disso. A Lusa tem o financiamento do Estado, dos clientes. Felizmente, não temos esse problema; é uma algo que não nos afeta. Portanto, procuramos descrever os critérios do rigor e da objetividade, mas não nos preocupamos com

a questão de ser sensacionalista. Fazer um bom título chamativo não tem que ser uma questão de *clickbait*. Aqui na Lusa é diferente, temos os cliques de forma que as atrações oferecem a percepção pública sobre essa comunidade. Como trabalhamos para clientes, acabamos por influenciar, na medida em que eles usam muito o nosso trabalho. Temos já vários trabalhos feitos que provam que a percentagem de notícias da Lusa usados em vários órgãos anda à volta dos 80%, o que é muito assustador. Mas temos de dar mais atenção a grupos minoritários. Não é só grupos minoritários, as pessoas que são diferentes do grosso da sociedade, questões de minorias sexuais, pessoas com deficiência, migrantes. O jornalismo está de uma elite para uma elite, andamos a falar sobre nós próprios. Estas populações que estão à volta não se sentem representadas no jornalismo que vêm. O jornalismo tem de ser diverso, tem de ir à procura destas margens da sociedade.

Quais são os estereótipos mais comuns associados aos imigrantes nos *media* portugueses e como é que a Lusa trabalha ativamente para evitar cometer e perpetuar esses erros? Ou alguma temática que seja mais frequentemente associada aos imigrantes?

Está muito relacionado com o crime. E, muitas vezes, não se tem esse cuidado. Temos um político, um partido que normalizou este discurso contra os imigrantes. É um partido que está representado na Assembleia com 50 deputados. E que usa o discurso para atacar os imigrantes. Isso já é um bocado mais preocupante, porque vai dar voz aos extremistas que irão sentir que têm um apoio político. E esse movimento vai ganhando mais dimensão. Isso invoca a nossa obrigação de fazermos trabalhos mais rigorosos sobre este tema. Temos de trabalhar mais esta questão da integração dos imigrantes.

Na análise, observou-se que, ao longo de três meses, foram publicadas 55 peças relacionadas à imigração à terça-feira, 36 à quarta-feira, 28 à segunda-feira, 24 à sexta e ao sábado, 21 à quinta-feira, e apenas 16 ao domingo. Existe algum fator na forma como a Lusa organiza a publicação de conteúdos e a estruturação da redação que possa explicar essa variação nos números?

São as dinâmicas editoriais. Normalmente, a segunda-feira é um dia fraco, porque vem do fim-de-semana. Por exemplo, não há assuntos do Parlamento nesse dia. A terça, a quarta e a

quinta são dias muito fortes. E sexta são dias de preparação para o fim de semana. Portanto, há muitos jornalistas dedicados a realizar trabalhos que depois vão ser preparados para o fim de semana. Portanto, também perde ali um bocadinho de força na sexta, porque são coisas que não vão sair na sexta-feira, vão sair a seguir. Mas tirando isso, isto é uma dinâmica de preparação. Não há nenhuma razão para se fazer mais de um dia para o outro. É a própria agenda que dita isso. As segundas-feiras são fracas e no fim de semana há pouca agenda.

Com base na categorização das notícias da Lusa em curtas, médias e longas, e observando que as notícias de comprimento médio prevaleceram, com 106 ocorrências, quase o dobro das longas (56) e com menos notícias curtas, essa predominância de notícias médias pode sugerir um padrão editorial específico? A Lusa tende a dar uma cobertura detalhada, mas não excessivamente extensa, ao tema da imigração? Como é que isso pode influenciar a percepção da profundidade com que o tema é abordado?

Temos uma regra: as notícias não devem ter mais de três mil caracteres. Mas se estiver menos, melhor. Quando tem mais do que isso, só se justifica se são reportagens, trabalhos a fundo. Há muitas formas de fazer jornalismo. Mas a nossa praia é a notícia. Porque é que dizemos isto? É o que os clientes querem. Porque posso escrever imensas boas reportagens. O que é que vai acontecer? Os clientes veem a reportagem e dizem “grande ideia, vou ligar para a Lusa e vou pedir os contactos”. Porque querem ser eles a concretizar. Com os jornalistas deles, a aparecer a cara deles. Para ter a marca da SIC, a marca da TVI. Eles não querem dar muito destaque às nossas coisas. Preferem dar destaque às peças deles. Já vivemos isso demasiadas vezes. É que fazemos uma aposta enorme num grande trabalho e acontece que não há um público, não há ninguém que pegue nisso. Ninguém pega naquilo. Porque eles olharam para aquilo e disseram: “Olha, bom trabalho da Lusa, vamos guardar esta ideia para fazermos nós”. Mas sentimos que é um investimento enorme que é perdido, que é desperdiçado. Então a notícia, eles aproveitam tudo porque é aquela informação que se coloca na hora. Quanto mais metemos, mais eles aproveitam.

Como é decidido pela redação da Lusa quais temas se transformam em reportagens e quais figuras merecem ser entrevistadas, num ponto de vista noticioso? E o que pode justificar o número relativamente baixo desses formatos mais aprofundados?

Depende muito desta dinâmica de quem propôs. O jornalista propôs que se fosse fazer reportagem. Às vezes, acontece que propomos fazer uma reportagem e o editor diz-nos que isto é uma notícia. Porque se não vale a pena, não vale a pena. Ou, às vezes, ao contrário. Estamos a escrever uma notícia e o editor lê e diz que quer uma reportagem. Vamos lá ao terreno e falamos com esta pessoa, com aquela pessoa. Às vezes, acontece isso. Mas não há uma diretiva especial. É uma dinâmica que acontece. Por isso, é que é muito importante a diversidade nas relações, quanto mais diversa a relação com pessoas com experiências diferentes, mais variada é a reportagem. Essa variedade representa melhor a sociedade, as pessoas sentem-se melhor informadas quando têm trabalhos desses mais variados, quando são coisas que não estão habituadas a ler.

Como é decidida a distribuição de notícias por editoria? Sendo que foi observado que as editorias com mais notícias presentes relacionadas com imigração foram a de Sociedade (63), País (35) e Lusofonia (34). De seguida, registou-se 32 notícias na editoria de Política, 21 em Internacional, dez em Piquete. Cultura e Economia com menos notícias. A Cultura apenas registou oito e Economia apenas uma. O que pode explicar estas discrepâncias?

Há várias dinâmicas. A dinâmica da agenda que suscita muito o trabalho que vamos fazer. Há esta semana, o Orçamento de Estado, a Política está a produzir para isto. Amanhã, vão sair umas sete notícias só sobre o Orçamento de Estado. Estão para aí cem jornalistas que já sabem o que é que vão fazer e fica dividido entre as editorias, se houver um aumento de, por exemplo, 4% na Cultura, estão preparados para isto. Há uma semana que houve um crime, que houve os incêndios, aí há muitas coisas do País. Portanto, varia de semana para semana.

Para terminar, qual é o nível de diversidade na redação da Lusa em termos de nacionalidade, etnia e experiência cultural? Essa presença influencia, de alguma forma, a qualidade da cobertura das notícias sobre imigração?

É tudo branco. Do oeste de Lisboa, Cascais. É uma pena. Sei que não é fácil. A Lusa tem um problema com as contratações. Porque há uma lei, a lei da Execução Orçamental, que é aprovada todos os anos, a seguir ao orçamento. Essa lei aplica-se às empresas de capitais

maioritariamente públicos, é o chamado setor empresarial do Estado. Há uma regra que foi metida no tempo da Troika que foi para controlar isto: “Temos de impedir que estas pessoas gastem dinheiro, temos de impor à administração pública que não gastem dinheiro”. Os anos passaram e isto está desde essa altura. A Lusa não pode gastar um cêntimo a mais do que gastou no ano passado com recursos humanos. Então, o que é que acontece? Só se consegue contratar uma pessoa quando morre alguém. Não morrem jornalistas a toda hora. Ou alguém que sai da empresa, também não acontece a toda hora. Também há o problema que é, para contratar pessoas para esses lugares, temos de pedir ao ministro da tutela, depois ao representante das Finanças e vai ao Tribunal de Contas. Depois, temos de justificar porque é que vamos contratar essa pessoa. É uma coisa completamente absurda. E para justificar este trabalho, contratamos alguém que tem o perfil da pessoa que saiu. Portanto, não se dá a autoridade a uma rapariga que é cigana ou a uma rapariga que é de Santarém, por exemplo. Tem de ser uma pessoa de mesmo nível. Por exemplo, um jornalista que já tem muitos anos na Economia, que trabalhou nesta área. E isso influencia muito. Mas também não vejo muito que estejam preocupadas com isto. Acho essa questão essencial. Mas, felizmente, vemos isso já a acontecer em algumas relações.

Anexo 4.
Categorias das Variáveis da Análise de Conteúdo

Variáveis	Categorias das Variáveis
1. Mês	fevereiro março abril maio
2. Dia da semana	Segunda-feira Terça-feira Quarta-feira Quinta-feira Sexta-feira Sábado Domingo
3. Duração	Curta (menos de 10 parágrafos) Média (entre 11 e 15 parágrafos) Longa (mais de 16 parágrafos)

4. Género	Notícia Reportagem Entrevista
5. Editoria	Cultura Desporto Economia Lusofonia e África País Política Sociedade Internacional Piquete
6. Proveniência	Nacional Internacional
7. Fonte	AFP AP EFE Europa Press Lusa Várias
8. Temas	Política Governo Economia Entretenimento Demografia Sociedade Racismo Cultura Artes

	Finanças Negócios Migrações União Europeia Sindicatos Organizações Crime Direitos Polícia Saúde Conflitos Diplomacia Segurança Religião Autoridades locais Imigração Partidos e movimentos
9. Nacionalidade	Sim Não

